

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

ROBSON DE LIMA FERNANDES

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ (1845-
1873): Educação e trabalho**

PICOS, PI.

2015

ROBSON DE LIMA FERNANDES

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ (1845-
1873): Educação e trabalho**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em história da Universidade Federal do Piauí – UFPI, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof.Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

PICOS, PI.

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

F3631e Fernandes, Robson de Lima

Estabelecimento de educandos artífices do Piauí (1845-1873):
educação e trabalho / Robson de Lima Fernandes. – 2015.

CD-ROM: il.; 4 ¾ pol. (83 f.)

Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí,
Picos, 2015.

Orientador (A): Prof^o. Ms. Francisco Gleilson da Costa Monteiro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Ao vinte e cinco (25) do mês de Junho de 2015, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Robson de Lima Fernandes** sob o título **Estabelecimento de educandos artífices no Piauí (1845-1873): trabalho e educação**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Me. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Examinador 1 : Profª Ma. Carla Silvino de Oliveira

Examinador 2: Profª Ma. Mara Gonçalves de Carvalho

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 25 de Junho de 2015

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro

Examinador (a) 1: Carla Silvino de Oliveira

Examinador (a) 2: Mara Gonçalves de Carvalho

Dedico essa monografia à minha família, especialmente aos meus pais, Miguel Fernandes (in memoriam) e Teresa Neuma de Lima Fernandes, à minha filha Amanda Moreira de Lima Fernandes e à querida e amada noiva Patrícia Soares Pereira da costa pela paciência e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tem feito e representa para mim, por sua providência e, especialmente, por concluir mais essa etapa da minha vida.

À minha família e de maneira especial aos meus pais que sempre acreditaram em mim, me incentivaram e me deixaram como legado o maior bem que possuíam – a educação.

Aos meus mestres por me ensinarem o “caminho das pedras” e me acompanharem nessa jornada.

Ao meu orientador, o professor Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro; sempre paciente, solícito, prestativo e acima de tudo amigo.

Aos meus amigos que sempre me disseram palavras de incentivo e encorajamento, especialmente, àqueles que fiz ao longo dessa graduação.

À minha querida e amada noiva Patrícia Soares Costa Pereira pelo apoio e companheirismo, você é verdadeiramente um presente de Deus!

Aos funcionários do APEPI – Arquivo Público do Estado do Piauí, pela gentileza, paciência e prestatividade.

Ao núcleo de estudo e pesquisa em história do Piauí oitocentista da UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

À CAPES pela concessão de bolsa do PIBID, participar desse programa realmente foi uma experiência enriquecedora e inesquecível que fez muita diferença na minha formação!

Enfim, a todos que oraram, torceram, vibraram, apoiaram e que, direta ou indiretamente, contribuíram para a produção desse trabalho. Àqueles que estiveram ao meu lado ao longo de todos esses anos necessários à minha formação: a vitória não é minha, é nossa, por que vocês fazem parte dessa conquista.

Muito obrigado!

“Instruir-te-ei, e ensinar-te-ei o caminho que deves seguir; guiar-te-ei com os meus olhos.” Salmos: 32:8

Resumo

O presente trabalho tem como foco o estado de pobreza da população que compunha a sociedade piauiense oitocentista e a carência de mão-de-obra especializada. Buscamos analisar nesta pesquisa o Estabelecimento de Educados Artífices do Piauí em conexão com a educação e trabalho como instrumento de regeneração do homem e da sociedade. Demonstrar que como instituição de ensino profissionalizante serviu muito bem aos propósitos do Estado como meio de inclusão e integração da classe pobre da sociedade nos projetos de desenvolvimento da província e mostrar que como instituição pública formadora de opinião que funcionou como “prisão preventiva” para os meninos desvalidos da sociedade, constituiu um instrumento de controle e social pelo qual procurou o Estado disseminar os ideais de ordem e civilidade.

Palavras-chave: Estado de pobreza. Sociedade piauiense. Estabelecimento de educando. Educação e trabalho.

Abstract

This work focuses on people's state of poverty that composed the nineteenth century Piauí society and the lack of labor- skilled labor. We analyze in this research the Educated Establishment of Craftsmen of Piauí in connection with education and work as a regeneration tool of man and society. Demonstrate that as vocational education institution served very well to state purposes as a means of inclusion and integration of the poorer class of society in the province's development projects and show that as a training institution of public opinion which acted as " preventive detention " for boys underprivileged of society, it was an instrument of control and social by which the state sought to spread the ideals of order and civility.

Keywords: State of poverty. Piauí society. Educating establishment. Education and work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO 1	15
2.1 Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí: contexto histórico.....	15
2.2 Políticas públicas do governo do presidente da província do Piauí Zacarias de Góis e Vasconcelos	33
3. CAPÍTULO 2	45
3.1 Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: o corpo de educandos.....	45
3.2 Um instrumento de controle social	52
3.3 “Órfãos desvalidos” e “operários morigerados e laboriosos”.....	58
4. CONCLUSÃO.....	75
FONTES	77
1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – APEPI.....	77
2. RELATÓRIOS.....	77
2. JORNAIS	80
3. DICIONÁRIOS	81
REFERÊNCIAS	82
Termo de autorização para publicação digital na biblioteca José Albano de Macedo.	83

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a província do Piauí passou por grandes problemas e dificuldades oriundas do desenvolvimento de um processo econômico deficiente que se instalou em fins do século XVIII e afetou significativamente as condições de vida na província. Com uma economia pré-industrial de caráter essencialmente ruralista e agricultura de subsistência não é difícil imaginar as condições precárias em que vivia a população. Atrasada economicamente em relação a outras províncias do Império, desprovida de tecnologias que favorecessem o desenvolvimento industrial e a mão-de-obra profissional e sem um aparelho burocrático que possibilitasse ações mais efetivas por parte do estado a província andava às voltas com crises econômicas e sociais sucessivas até que nesse cenário de carência excessiva e conturbação social surge a figura de Zacarias de Góis e Vasconcelos com propostas de melhorias e desenvolvimento para a província do Piauí entre as quais desponta como proposta de regeneração social a idealização de criação de um estabelecimento de educandos pelo qual se eduque e profissionalize os filhos da província.

O estudo que nos propomos a realizar converge para a criação do Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí como proposta de solucionar os maiores problemas sofridos pela população piauiense no século XIX, a saber, a pobreza excessiva do povo piauiense e a carência de mão-de-obra qualificada. Através do estabelecimento pretendia-se instruir ao povo, especialmente a camada pobre da sociedade, ociosa e tendente ao crime e aos vícios, ensinar-lhes a prática de um ofício e promover o desenvolvimento e progresso da província.

A relevância deste estudo se justifica primeiro pelo fato de que a história da educação continua a ser uma área muito carente de trabalhos históricos, poucos são os professores pesquisadores que enveredam por essa área e, assim sendo, considero uma oportunidade ímpar a exploração desse campo de estudo além de um dever que temos a cumprir para com a nossa história – história do nosso país, do nosso município, da nossa sociedade - uma vez que, na condição de historiadores, estamos comprometidos com ela no sentido de resgatar as memórias e o passado desse ramo do conhecimento tão vasto e interessante.

Segundo, o estabelecimento de educando artífices representa, oficialmente, a primeira referência no estado do Piauí a escolas de ensino profissionalizante de onde partiram outras iniciativas semelhantes – como, por exemplo, a fundação do internato artístico,

instituição que sucedeu a Casa de educandos no Piauí na missão de assistir meninos pobres e carentes provendo-lhes educação e o ensino de ofícios – que corroboraram ao longo de sua história para que a educação desempenhasse um papel de suma importância na formação e inclusão de sujeitos alheios ao processo produtivo da sociedade piauiense do século XIX. História essa, que a meu ver, precisa ser contada e recontada pela sua importância.

É preciso “dar a César o que é de César...” e, por uma questão de justiça, reconheço que devo ao meu orientador a ideia de escrever sobre este tema. Iniciamos essa odisséia com uma temática bem diferente em relação a essa que nos propomos a desenvolver nesse estudo, mas após considerações sobre as temáticas em questão optamos, pelas razões que justificam esse trabalho, explorar essa área do conhecimento. Apesar da relevância e atratividade do tema, a princípio foi meio impactante e assustador a ideia de escrever sobre esse assunto, o tempo e a mudança repentina de direção do objeto de pesquisa não conspiravam muito a nosso favor, mas a pertinência dessa nova proposta aliada a sede de saber se mostraram muito desafiadoras ao mesmo tempo em que nos motivava à produção desse trabalho de pesquisa. A produção de um artigo científico intitulado Educação escolarizada no Piauí oitocentista que produzi juntamente com a graduanda Patrícia Soares Costa Pereira para a disciplina História do Piauí II, ministrada pelo professor Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos no VII período do curso de história desta IES foi o meu ponto de partida e com o tempo o trabalho foi se tornando prazeroso e interessante.

Trabalhar com o século XIX embora seja do meu ponto de vista muito interessante e desafiador, não constitui tarefa fácil, pois implica na utilização e consulta de fontes primárias produzidas no tempo em que se deram os acontecimentos que se pretende estudar e, indubitavelmente, essa foi a minha maior dificuldade. Encontrar as fontes até que foi fácil por que atualmente temos disponíveis em bibliotecas digitais espalhadas em excelentes sites que podemos encontrar pela internet um acervo digital considerável e precioso para quem deseja aventurar-se nos caminhos desse ramo de pesquisa, lembrando também os lugares de memória como museus, arquivos e bibliotecas públicas, porém o contato com essas fontes para pesquisadores leigos como eu dificultam tanto o resgate da memória quanto a reconstrução do passado dos sujeitos que me propus pesquisar. Refiro-me ao estado de conservação destas fontes, ao seu manuseio e problematização. Por serem contemporâneas de seus autores estão repletas de sua subjetividade e de questões que requerem certa familiaridade e conhecimento, pois tanto pode ajudar na construção como

desconstrução da história que nos propomos analisar por que ao mesmo tempo em que informa, omite fatos relativos ao que se pretende pesquisar.

Para produção desse trabalho foram utilizadas, mormente, fontes hemerográficas como jornais e periódicos, manuscritos e relatórios dos presidentes da província, estes últimos em sua maioria nos ajudaram na tentativa de reconstruir de forma simples e dinâmica a história do estabelecimento de educandos artífices do Piauí e dos indivíduos que por lá passaram. O referencial teórico utilizado foi de importância fundamental não apenas para a reconstrução dessa história como também para amenizar as dificuldades que encontrei com o manuseio e interpretação das fontes originais, uma vez que optando pelo contato pessoal com as ditas fontes tentava descobrir os mistérios que elas ocultavam. Resolvi então, ao longo desse percurso, fazer um curso de paleografia promovido pelo Projeto de Extensão Restauração, Catalogação e Digitalização de Documentos Eclesiásticos do Piauí da UFPI – Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, ministrado pelo professor Ms. Manoel de Jesus Barros Martins, vulgo “Manoelzinho”, que muito me ajudou com o manuseio e interpretação dessas fontes. O contato com o arquivo público do estado do Piauí foi muito significativo, a satisfação que senti ali me confirmou a certeza de que professor pesquisador é o que de fato quero ser e de que estou no caminho certo.

Sobre o cruzamento entre os relatórios dos presidentes da província, os manuscritos e jornais, aliado à visão dos autores utilizados como referencial teórico desse trabalho, vale salientar que esse procedimento padrão foi fundamental para maior aproximação e compreensão do objeto de estudo, pois utilizadas isoladamente as fontes nos fornecem apenas informações lacunares que impossibilitam a construção de um trabalho bem estruturado.

Os relatórios dos presidentes muito nos revelou sobre os planos e metas à frente do governo e as reais intenções das autoridades locais por trás do discurso oficial de melhorias necessárias ao desenvolvimento e progresso da província, como por exemplo, os investimentos feitos na Casa de educandos sob a “justificativa” de que este serviria de amparo aos filhos de pais desfavorecidos. Na verdade o que estava por trás desse discurso oficial de civilidade era o desejo de controle e regeneração social por meio da educação e do trabalho. Os manuscritos nos permitiram conhecer um pouco da rotina diária dos sujeitos envolvidos na dinâmica do estabelecimento, mas essas informações não seriam precisas sem combiná-las com as informações contidas nos relatórios sobre o movimento da Casa. As informações

jornalísticas foram importantes por que como mediadora social de todo esse processo elas contribuem para uma compreensão mais clara das relações estabelecidas pelos sujeitos.

Dialogamos com vários autores que trataram da temática direcionada ao estabelecimento de educandos seja em referência ao que existiu no Piauí ou a outras instituições congêneres. Entre os quais citamos Costa Filho (2006), Castro (2007), Carvalho (2013), Rizini (2004) e Reis (2006). Costa Filho (2006) em *Escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1859-1889)* e Reis (2006) em *História e memória da educação em Oeiras* foram fundamentais para compreensão do desenvolvimento socioeconômico na província do Piauí, bem como, para apontar os aspectos que fazem parte desse processo e que incidiram diretamente sobre a educação levando autoridades locais como o presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos a pensar como alternativa para promoção do desenvolvimento e progresso da província a criação de um Estabelecimento de educandos, uma vez que na mentalidade das autoridades governamentais da época a experiência dizia que a combinação entre educação e trabalho traria as melhorias de que tanto a província carecia. Mencionando também o fato de que instituições desta natureza apresentaram resultados em outras províncias do Império, pelo menos do que diz respeito a um bom instrumento de controle e regeneração social.

Castro (2007) e Rizini (2004), também nos dão contribuições importantes quanto a importância deste estabelecimento para a província do Piauí, embora seus escritos estejam, no caso dele, voltado para a Casa de educandos do Maranhão e, no caso dela, do Amazonas. Nesses autores encontramos dicas importantes de como nos relacionar com as fontes e sobre a ligação entre as instituições que analisaram e o estabelecimento do Piauí. Daí a importância deles como referencial teórico para esse trabalho, principalmente no que diz respeito à obra de César Augusto Castro intitulada *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos educandos artífices (1841-1889)*, pois o estabelecimento do Maranhão pesquisado por ele serviu de modelo para construção do colégio de educandos do Piauí. Irma Rizini em *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*, entre tantas contribuições, nos ajudou a traçar um perfil mais aproximado do corpo de educandos que frequentou aquela Casa de ensino profissionalizante. Carvalho (2013) da mesma forma; em sua dissertação de mestrado denominada *Escravidados da nação e educandos artífices nas obras públicas para a construção de Teresina (1850-1873)* faz uma análise do estabelecimento do Piauí em conexão com a construção de Teresina e demonstra a participação dos educandos nesse processo como mão-de-obra barata e especializada a serviço

do Estado. Todos esses autores contribuíram de alguma forma com suas informações para o levantamento e reconstituição da rotina dos educandos e do movimento do estabelecimento em seus 24 anos de existência e proporcionaram boas reflexões sobre o assunto em questão.

Esse trabalho contém dois capítulos, no primeiro – *Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí: contexto histórico* – propomos uma análise sucinta dos principais fatores que corroboraram para o surgimento da Casa de Educandos do Piauí entre os quais citamos as dificuldades provenientes de um processo de desenvolvimento econômico precário caracterizado por crise na economia, aumento da pobreza, carência de mão-de-obra especializada, considerável índice de insegurança individual e social e outras questões de ordem socioeconômicas que levaram as autoridades locais a apontar a essencialidade da educação e do trabalho como elementos importantes para o desenvolvimento e o progresso da província, bem como, a regeneração individual e social. Nesse primeiro momento remontamos acontecimentos em torno da Casa de educandos do Piauí afim de demonstrar o contexto histórico no qual ela surgiu, relacionando uma série de investimento públicos e particulares na área da educação com vistas ao alcance da tão almejada melhoria. Apesar de considera válidas todas essas tentativas, buscamos esclarecer que só a partir da ascensão de Zacarias de Góis e Vasconcelos ao poder é que as coisas começam a mudar de fato. É a partir de suas políticas públicas que ensino e trabalho na província começam a se estruturar e é idealizada a Casa de educando do Piauí como meio de garantia de que o projeto de civilização e regeneração social idealizado pelas autoridades locais se materialize. Fechando a seção com uma breve panorama dos primeiros anos da Casa.

No segundo capítulo – *Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: o corpo de educandos* – continuamos a análise focando na difícil tarefa de traçar um perfil do corpo de educandos que frequentaram o estabelecimento. Através de alguns estudos de casos buscamos demonstrar que, contrariando a orientação do regulamento da Casa quanto ao ingresso dos alunos, aparentemente existiu uma política de favorecimento com respeito as relações estabelecidas entre os presidentes de província e a diretoria do estabelecimento que permitia determinadas manobras quando o pretendente não preenchia os requisitos necessários. Nesta seção analisamos ainda a Casa de educandos como instrumento utilizado pelas autoridades para manutenção do controle social, a importância da imprensa em mediar as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no processo funcional do estabelecimento, o período de maior movimento da Casa com ênfase na década de 1860 até

aos dias de seu fechamento e, por fim, as razões dos desligamento e o destino dos educandos após concluírem seu tempo de aprendizagem.

2. CAPÍTULO 1

2.1 Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí: contexto histórico

O Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí, à época em que foi criado, representou a concretização de um projeto de desenvolvimento idealizado pelo governador da província Zacarias de Góis e Vasconcelos (1845-1847) que preocupado com a situação dos “meninos filhos de pais desvalidos” que se atiravam constantemente ao crime tornando-se verdadeiros “flagellos da sociedade”, idealizou como resolução para esse problema a criação de um estabelecimento de ensino capaz de resgatar e recuperar aquelas desvalidas crianças adotando assim, do ponto de vista político, uma medida humanitária, uma vez que “para o discurso oficial”¹ aquela instituição representava uma “fonte de esperança” de um futuro melhor e mais promissor para a camada mais pobre da população. Tratava-se também de uma política preventiva contra a ociosidade e a condescendência à criminalidade cujo objetivo principal era o alcance da regeneração humana e social por meio da educação e do trabalho. Seu discurso aos deputados da Assembléia Legislativa em 06 de Julho de 1847 demonstra sua intenção de convencê-los a criar “um pequeno estabelecimento, conforme as circunstâncias da província” para acolher estes meninos. A proposta consistia em tirar das ruas os filhos de pais pobres com tendência à criminalidade por não disporem das devidas condições de criação e prepará-los para a vida em sociedade instruindo-os quanto ao aprendizado das primeiras letras e de diversos ofícios. Enquanto instituição pública e mecanismo do estado que se propõe a limpar as ruas das mazelas sociais, conferindo à sociedade um ar de civilidade aparente é possível pensá-lo como instrumento de manutenção do controle social.

Considerando que a província do Piauí do século XIX era caracterizada por uma economia pré-industrial, tentativas inúteis de modernização da economia e da ruptura do isolamento provincial, por relações sociais arbitrárias determinadas pelos senhores de terra, carência de leis que regulamentassem as relações trabalhistas, escassez de trabalho e moeda²; configurou-se um quadro de dificuldades e exploração da classe pobre que, em relação a outros setores da sociedade, encontrava-se em desvantagem. Daí, a necessidade de se buscar

¹ CARVALHO, 2013, p. 135.

² COSTA FILHO, 2006. p. 27-30.

alternativas que corroborassem para diminuição da pobreza e a especialização do trabalho, portanto, a ideia de criação de um estabelecimento que além de educar pudesse ofertar o ensino de ofícios dos quais tanto carecia a província para o seu desenvolvimento era muito conveniente.

Zacarias de Góis e Vasconcelos nasceu a 5 de Novembro de 1815. Era natural da cidade de Valença província da Bahia, filho de Antonio Bernardo e Maria Benedita de Assunção Menezes e Vasconcellos. Bacharel em direito pela academia de Olinda onde atuou também como professor. De carreira política promissora foi deputado, presidente de província, ministro de Estado, chefe de gabinete e conselheiro. Indubitavelmente um dos políticos mais notáveis e influentes da segunda metade do século XIX que figurou entre a elite imperial³.

Historicizar acontecimentos relacionados à criação do Estabelecimento dos Educandos Artífices na província do Piauí dos oitocentos seguindo uma ordem linear dos fatos faz-se necessário à localização do momento em que esses fatos ocorrem para a partir de então pensar as condições nas quais eles se desenvolveram, daí a necessidade de se remontar acontecimentos passados que fazem parte do contexto histórico no qual emergiu o Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí recuando alguns anos antes da sua fundação a fim de esboçar um panorama do desenvolvimento da educação na província até chegarmos à posse do governador Zacarias de Góis e Vasconcelos, idealizador do projeto e responsável por encaminhar à Assembléia Legislativa, em 1º agosto de 1845, propostas de melhorias e fortalecimento da instrução pública no Piauí.

O Governo do Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos constitui um divisor de águas na história da educação na província do Piauí, considerando que foi a partir das medidas educacionais estabelecidas em seu governo que começou a se estruturar e organizar a instrução pública na província. Ao tratar do passado da educação em Oeiras, primeira capital da província do Piauí, Reis⁴ ao demonstrar “o surgimento das escolas isoladas, as tentativas de organização destas escolas e as iniciativas tomadas no sentido de estruturar o ensino com a criação do Liceu Provincial e do Estabelecimento de Educandos Artífices”, afirma que: “A educação no Piauí, e de forma específica em Oeiras, recebeu uma atenção especial no governo

³Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR. Verbetes elaborado por Celina Midori Murasse. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_zacarias_de_goes_vasconcellos2.htm

⁴2006, p. 80, 99

de Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos, que ao assumir sua função em, 28 de Julho de 1845, elegeu o ensino público como uma de suas prioridades”. Já Odilon Nunes⁵, o descreve como um homem experimentado, de ascensão política notável que contou com o “respeito e lealdade” da Assembléia Legislativa da Província do Piauí e que “efetivamente se portou como um íntegro magistrado” cujas “realizações no governo denotam a lucidez das suas decisões”. Mas sobre isso falaremos um pouco mais adiante.

Retomando a questão principal, o Estabelecimento dos Educandos Artífices do Piauí surge em um contexto histórico marcado por grandes dificuldades ao desenvolvimento da educação na província que segundo alguns autores que discorrem pela temática⁶ se estende do período colonial até a segunda metade do século XIX, quando começam a surgir as primeiras escolas em território piauiense. Trabalhos recentes como a tese de doutorado da professora Maria Alvenir Barros Vieira (2013), *A educação escolar das crianças no Piauí (1730-1859)*, contrariando a concepção desses historiadores supracitados a respeito do surgimento da educação escolarizada na província do Piauí dos oitocentos, reconhece uma data mais recuada para o surgimento dessas escolas pioneiras. Para essa autora, os colégio-internatos dos padres jesuítas ou iniciativas como os aldeamentos indígenas do século XVIII a exemplo da povoação de São João de Sende⁷ (1765) – primeira povoação para o gentil da nação Gueguê – constituem as primeiras referências no Piauí em se tratando desse assunto. Vieira declara que o século XVIII foi

a época do plano de despovoamento da população nativa da capitania do Piauí acompanhado da esperança de uma educação escolar e doutrinária para crianças índias ministradas sob responsabilidade pedagógica dos padres missionários da Companhia de Jesus e dos capuchos de Santo Antônio. Apesar de raros, os indícios documentais conduzem à apreensão dessa atmosfera de persistência de uma escola e uma forma escolar institucionalizada para criança indígena no Piauí no espaço das missões de aldeamento⁸.

Conjecturas à parte, nesse primeiro momento da discussão da temática sobre o processo de desenvolvimento da educação no Piauí oitocentista, o que pretendo destacar ao propor um remonte dos acontecimentos em torno desse assunto é uma análise sucinta dos principais fatores que corroboraram para o surgimento da Casa de Educandos do Piauí. Embora os pensamentos desses autores divirjam em relação ao tempo exato do surgimento da

⁵ NUNES, 1975, p. 44

⁶ COSTA FILHO (2006), SOUZA NETO (2009), SOUZA (2013), REIS (2006), COSTA (1974) E FERRO (1996)

⁷ VIEIRA, 2013, P. 61

⁸ Ídem, p. 40

educação escolarizada na província, no geral, todos os que abordaram a temática concordam que as precárias condições socioeconômicas da província no século XIX impactaram de forma contundente sobre o desenvolvimento da educação produzindo um processo lento e marcado por “avanços e retrocessos”⁹. Por outro lado, acredito, foram justamente estas condições socioeconômicas desfavoráveis que motivaram a criação de estabelecimentos de ensino de caráter formal como a Casa dos Educandos Artífices no Piauí. Na verdade, as razões por trás da sua origem e idealização foram o significativo estado de pobreza da população, bem como, a carência de mão-de-obra especializada que mediante o trabalho aceleraria o desenvolvimento e progresso da província. Como refere César Augusto Castro¹⁰ em sua análise sobre “a centralidade geográfica das casas de educandos artífices nas regiões do Norte e no Nordeste brasileiro, mapeadas por Cunha (1979a), Freitas (1953) Fonseca (1986), Rizine (2004) e Franco (1988)”, a grande importância desses estabelecimentos para essas regiões, a meu ver, está diretamente relacionada a fatores socioeconômicos que, no caso específico do Piauí, se caracterizam “pelo aumento da pobreza e pela necessidade de formar mão-de-obra para as atividades manufatureiras da província, após a transferência da capital de Oeiras para Teresina”.

No período compreendido entre 1845 e 1873, tempo no qual situa-se a pesquisa, a província ainda passava por momentos de grandes dificuldades provenientes de um processo de desenvolvimento econômico que se instalou no período colonial e cujos efeitos ecoaram ao longo do século seguinte atingindo de maneira diferenciada a província do Piauí “onde a crise da economia havia se instalado desde o século XVIII”¹¹ e permanecido sem alteração em relação a outras províncias do Império. Como resume bem o professor Alcebíades Costa Filho (2006):

Em síntese, na segunda metade do século XIX, a economia encontrava-se em situação difícil. A pecuária sofria concorrência de outros mercados produtores onde o gado era de melhor qualidade. A agricultura de subsistência predominava, posto que o incremento do cultivo de produtos como algodão e borracha dependiam da procura do mercado externo, nem sempre aberto a novos centros produtores e especialmente àqueles menos aparelhados para o engajamento da ordem econômica mundial, como foi o caso do Piauí¹²

⁹ REIS, 2006, p. 80

¹⁰ 2007, p. 43

¹¹ COSTA FILHO, 2006, p. 23

¹² Idem, p. 27

Costa Filho acrescenta ainda que apesar do empenho dos governos da província no sentido de mudar essa realidade o Piauí permaneceu por vários anos isolado do processo desenvolvimento econômico ocorrido em outras regiões do Império. Dessa forma, tal situação produzida incidira diretamente sobre a sociedade piauiense determinando não apenas determinando o tipo de atividade econômica, mas também as relações de trabalho e, sobretudo, o tipo de educação necessária às emergências sociais para aquele momento histórico.

Um fato que evidencia muito bem essa situação diz respeito às várias referências registradas nos relatórios de província à preocupação das autoridades governamentais em disciplinar o povo por meio da educação e do trabalho como demonstra os fragmentos de textos a seguir sobre a importância da instrução para reversão do quadro de atraso econômico e promoção do progresso e desenvolvimento na província.

Em seu discurso de abertura da sessão da Assembléia legislativa do Piauí em sete de Julho de 1848, o vice-presidente da província o Sr. Xavier Cerqueira demonstra a mesma preocupação com a educação que o seu antecessor no governo o Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos:

Convencido como estou, de que a vossa illustrada capacidade não pode escapar a incontestavel verdade, de que *a educação he o elemento mais poderoso da perfeição moral, e a barreira mais forte á perpretação dos crimes*, deixo de dar a este interessante objeto qualquer desenvolvimento, porque elle sem duvida o achara no vosso desvelo e reconhecida vigilância, baldo das informações, que a cerca da instrucção primaria exige dos respectivos Diretores, por terem muitos deixado de cumprir com esse dever, pouco vos posso informar quanto ao seo progresso intelectual, e moral, por isso servindo-me das informações, que existem na Secretaria, e algumas, que obtive na Thesouraria, tractarei mais do pessoal dela¹³.

Note como transparece em sua fala a certeza que possui ele e seus interlocutores de que “a educação é o elemento mais poderoso da perfeição moral”, ou seja, por intermédio dela seria possível o alcance da regeneração individual e, conseqüentemente, social. E como para esse fim também serviu o Estabelecimento de Educandos Artífices no Piauí, tenha Cerqueira, apesar das dificuldades que encontrou para “dar andamento á negócio” que como a Casa de Educandos dependia “de arranjos materiais”, muito se empenhado dispendendo todos

¹³Todos os relatórios provinciais consultados para esta pesquisa são pertencentes ao Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago/EUA. Site: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil>. Daqui em diante apresentarei apenas autores dos relatórios provinciais.

Relatório do Vice-Presidente da Província do Piauí, na abertura da sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 7 de Julho de 1848. Oeiras, impresso na Typ. Provincial, p. 7, grifo nosso

os esforços necessários ao seu alcance para “dar inteiro e prompto cumprimento a Lei Provincial nº 220 de Setembro”¹⁴ de 1847 que criou o estabelecimento de educandos em Oeiras, capital da província.

Todos os presidentes tiveram que lidar com diversas dificuldades ao empreender esforços para melhorar a instrução na província do Piauí. Porém o fato de considerarem a educação como que de grande importância para a sociedade, a necessidade primária de um país e uma fonte inesgotável de bens como percebemos na fala que Luiz Carlos de Paiva Teixeira, vice-presidente da província, pronunciou à Assembléia Legislativa no ano de 1853, aparentemente faziam esses esforços valerem a pena:

Supposto a instrução popular seja de summa importância na Sociedade, seja a primeira necessidade de hum paiz constituído livremente, cujo resultado influe tão benefica e extraordinariamente em todas as classes do povo, que escuzado é pretender demonstrar semelhante verdade; e suposto vossos esforços justifiquem o quanto tendes feito para dotar a província com huma tão grande fonte de bens [...] ¹⁵

Observe como o presidente da província em 1857, Dr. João José de Oliveira Junqueira, se refere ao ensino primário. Note que apesar do fator segregador na forma como ele distingue ensino primário de ensino secundário, permanece explícito o princípio da essencialidade da educação para a sobrevivência social.

He esta realmente a instrução, que mais cumpre zelar nas vossas actuaes circunstancias.

O ensino primario é essencial ao homem para qualquer mistér, á que ele se dedique; no entretanto que os estudos secundarios apenas devem convir á um pequeno numero; pois que um povo não pode ser formado, em sua maxima parte, de literatos, sob pena de ver perecer a agricultura, o commercio, e todas as mais industrias, e levantar-se a hidra da miseria, e das ambições desenfreadas ¹⁶

A fala deste presidente apelava às autoridades locais que empenhassem-se por dedicar ao ensino primário a mais solícita atenção, pois ele habilitaria o homem para todo ofício a que se dedicasse e, conseqüentemente, salvaguardaria a sociedade piauiense oitocentista contra as faces da miséria – falta de renda, abandono, maus tratos, etc. – e das

¹⁴Ídem, p. 19

¹⁵Relatório a Assembléia Legislativa Provincial do Piauí, pelo EXmº Senhor vice-Presidente da Província, Luiz Carlos de Paiva Texeira, na sessão aberta em o 1º de Julho de 1853. Teresina, em casa de João da Silva Leite, Rua Grande, nº ilegível, p. 9 e 10, grifo nosso

¹⁶Relatório que dirige o Presidente da Província do Piauí O EXM. SNR. DR. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de Julho de 1857. Maranhão, Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira, p. 7, grifo nosso

paixões desenfreadas, ou seja, toda sorte de vícios. Mas, como de costume, por trás desse discurso oficial de aparente civilidade está explícito que educação e o trabalho são tomados como pontos de referência de reestabelecimento e manutenção da ordem e do equilíbrio social despertando nesse contexto como fator discriminatório e segregador que faculta ao homem simples e pobre a responsabilidade de sustentação da sociedade e à camada letrada e privilegiada o controle dela.

Considerando que, segundo análise de Costa Filho¹⁷ sobre a sociedade piauiense do século XIX, economicamente fragilizada e organizada pelos proprietários de terra no topo de sua pirâmide social; vaqueiros, profissionais liberais e funcionários públicos compoem o setor intermediário e os escravos na base de sustentação dessa pirâmide, diante da citação acima convém levantar o seguinte questionamento: para quem ficava a dureza da labuta, uma vez que “[...] um povo não pode ser formado, em sua maxima parte, de literatos [...]”? Certamente para os escravos já que os homens branco livres recusavam-se a trabalhar na terra, principal meio de produção. Não seria essa uma forma de controle e segregação social já que só à elite estava reservado o direito de concluir o ciclo de estudos naquela sociedade? Acredito que sim.

Dando continuidade à fala do presidente João José de Oliveira Junqueira, valhe a pena ainda ressaltar o juízo que ele fazia da influência da educação sobre o homem e o destino da sociedade:

[...] ninguém desconhece que a sorte futura de um povo depende principalmente da direcção que tomar a instrução publica.

A influencia da educação, e da instrução sobre o homem é tal, que Leibnitz dizia: – Confiai-me a instrução publica durante um século, e eu farei com que o mundo se torne inteiramente diverso – Assim, a esclarecida atenção dos eleitos da província nunca seria demasiada sobre este grande assumpto¹⁸.

Como de costume entre os presidentes de província, pouco mais de um ano após ter tomado posse da presidência João José de Oliveira Junqueira volta a dirigir-se aos deputados da Assembléia Legislativa para informa-los sobre “o estado dos negociospublicos” e agradecer o poio e cooperação dados à sua administração. Na ocasião, ao abordar o tema do “progressivo desenvolvimento” da educação na província reforça a ideia da essencialidade da educação para a resolução dos problemas sociais com as seguintes e marcantes palavras: “A

¹⁷A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889, p. 28-36.

¹⁸Idem

instrução tão necessária ao espírito como a alimentação ao corpo, é a mais preciosa dádiva, que a sociedade pode fazer aos seus membros. A instrução primaria sobretudo é o fio de Ariadne para a vida social”¹⁹. A utilização da mitologia grega do fio de Ariadne constitui uma metáfora que aponta a educação como a única saída do grande labirinto de crises socioeconômicas no qual se encontrava o povo piauiense.

Crente de que a educação de fato poderia servir muito bem ao propósito de regeneração do homem e da sociedade o presidente da província do Piauí nomeado “por carta Imperial de 20 de fevereiro” de 1864, o Sr. Franklin Americo de Menezes Doria, devotou-se a reconhecer e valorizar a importância do ensino público na província do Piauí. Recorrendo também a Leibnitz afirmou:

Não ha ahi quem não esteja intimamente compenetrado da influencia da instrucção sobre a perfectibilidade do homem e o progresso da sociedade; influencia que um celebre pensador traduziu com a maxima enérgica n’esta frase: «Da-me a instrucção pública durante um século e eu mudarei a face do mundo.»²⁰

Apesar dos esforços por parte das autoridades governamentais na tentativa de melhorar a educação na província, não constituía tarefa fácil convencer a população piauiense a se interessar pela instrução e a especialização do trabalho. Vejamos o que nos revela os relatórios da província sobre esta questão. Começamos com o relatório apresentado pelo 2º vice-presidente da província aos deputados da Assembléia Legislativa no dia 21 de Julho de 1868, o excelentíssimo senhor doutor José Manoel de Freitas, ao dar-lhes conta do estado dos negócios na província e ao indicar as medidas que julgava mais necessárias ao seu melhoramento. Observe a importância que atribui ao trabalho e à relação entre trabalho e educação como alternativas para resolução dos problemas econômicos que a província enfrentava. O amor ao trabalho constituiria meio de prevenção e cura contra aos danos causados pelo que ele mesmo denomina de “educação madrastra”: “Fazei; senhores, dispertar o amor ao trabalho, e todos os prejuizos de uma educação madrastra, desaparecerão, o piauiense então, não se envergonhando de lavrar a terra, odiando a ociosidade, começara a ser feliz”.²¹ Trabalho, instrução e religião, elementos que constituíam o tripé da educação no

¹⁹Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauhy, o Exm. Snr. Dr. João J. D’Oliveira Junqueira a Assembleia Legislativa Provincial, no 1º de Julho de 1858. Maranhão: Typographia – Temperança – Impreso por J. Pereira Ramos, p. 10

²⁰Relatório apresentada á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 1º de Julho 1864, pelo Presidente da Província Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz. Typographia de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. p. 16

²¹Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 21 de Julho de 1868, pelo segundo vice-presidente, o Exm. Sr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão, Typ. de B. Mattos, Rua da Paz, 7. p. 10

Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí e de outras instituições públicas, serviam muito bem aos propósitos das autoridades governamentais como instrumentos que não apenas norteariam a sociedade piauiense do século XIX quanto aos rumos que deveria seguir como a redimiria, elevando-a e conduzindo-a ao progresso e desenvolvimento. Por meio desses instrumentos também se pretendiam a manutenção da ordem e o controle social.

D’esse melhoramento que em breve se tornará effectivo na primeira cadeia da província resultará:

1º a consecução do fim da lei penal, que não consiste sómente na coacção da liberdade do delinquente, mas na correccção moral, a qual surge do trabalho, que cança o espirito, trazendo-o á reflexão; na instrucção, que illumina a intelligencia, mostrando a verdade; e sobretudo na religião, que moralisa, conforta o coração do criminoso com esse balsamo suavizador, que tanto eleva a lama do christã – esperança e resignação.²²

No relatório de província de 16 de maio de 1860 ao passar a sua administração o Dr. Diogo Velho Cavalcante D’Albuquerque aborda rapidamente a questão das riquezas inexploradas da província, a saber, a agricultura, a criação de gado e as minas de “fácil exploração”, tais como ouro, ferro, mercúrio, etc. e que por falta de recursos apropriados e mão-de-obra especializada permaneciam “occultas”. Outro problema que agravava a situação era que “não pequena” parcela da população levava vida “deploravel”, ou seja, digna de lamentação, “em busca dos recursos naturaes que por toda a parte abundam, sem curar do trabalho, nem do dia de amanhã sem sentir estímulos para os gosos da vida civilisada só entregue a ociosidade; ou a pratica do vicio e do crime”. Para este problema, eis a solução mais viável em sua opinião:

Reunir essa população quase nomade em centros determinados, obrigar-a pelos meios legaes e persuasivos a entregar-se a occupações licitas – especialmente a cultura da terra, *fundar para esse fim estabelecimentos proprios sob a protecção das autoridades locaes, ao mesmo tempo comissionar fazendeiros da Província para irem estudar a cultura simililar da canna, do algodão, e do café nas Províncias mais adiantadas proporcionar-lhes ao depois meios de realizar nesses estabelecimentos os melhoramentos que estudassem*, são medidas que, com um pouco de vontade, se levaria a effeito sem grandes sacrificios, e como maior proveito para a Província – ao menos salvar-se-hiam da miseria, da prostituição, e do crime esse grande numero de crianças de um e outro sexo, que, que por ai vagam rotos, esfaimados, e medicantes.²³

²²Idem

²³Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí, Dr. Diogo Velho Cavalcante D’Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Vice-presidente, Coronel Ernesto José Baptista. No 16 de maio de 1860. TherezinaTipographia constitucional de J. da S. Leite, p. 9.

É interessante notar que como meio de se alcançar o propósito de se reunir em “determinados centros” e tornar produtiva a população que se encontrava dispersa, ociosa e tendente ao crime, são sugeridos a criação de “estabelecimentos próprios sob a proteção das autoridades locais” e, concomitantemente, encarregar “fazendeiros da província” de estudarem a cultura de alguns produtos agrícolas próprios da região em “províncias mais adiantadas” afim de a aplica-los por meios desses estabelecimentos que se criaram – Estabelecimento de fazendas modelos, estabelecimento de charqueadas – “os melhoramentos que estudassem” para a província. Qualquer semelhança com referências feitas pelo 2º vice-presidente da província, doutor José Manoel de Freitas, no relatório de 21 de Julho de 1868 às “oficinas de trabalhos” criadas nas cadeias públicas da capital ou com instituições como a casa dos educandos que “originaram-se da necessidade de manutenção da ordem social e política, no caso do Maranhão, Piauí e Pará após as rebeliões populares”²⁴ conhecidas por Cabanagem e Balaiada, não é mera coincidência. Da combinação entre educação, trabalho e religiosidade acreditava-se ser possível recuperar o homem e reestabelecer a sociedade.

Reis (2006) em acordo com Ferro (1996) – que descreve muito bem a relação entre os processos de desenvolvimento sócio-econômico-político e educacional na província do Piauí e como estes aspectos estavam de certa forma interligados – destaca que além da condição de capitania subalterna ora a Pernambuco, ora ao Maranhão, outros fatores também contribuíram para a lentidão do desenvolvimento do seu processo educacional. Na sua concepção,

Esta condição de capitania subalterna aliada a outros fatores como a baixa densidade populacional, um ensino desvinculado da realidade, o desinteresse da população, na maioria constituída por pessoas simples como vaqueiros e homens do campo, foram segundo Amparo Ferro (1996, p. 58), os principais entraves para o desenvolvimento da educação formal no Piauí, além da dificuldade de se encontrar pessoas com conhecimentos mínimos para o exercício da profissão de professor e da falta de estímulo salarial.²⁵

Como sabemos e a história registra esse fato, se um determinado lugar sofre com deficiência no seu processo de desenvolvimento econômico isso não apenas acarreta uma série de problemas de interesse público como desestabiliza toda a ordem social. A falta de investimento econômico adequado em determinada região além de outras consequências graves – êxodo rural, desemprego, fome, etc. – restringe o acesso a educação e, no caso específico do Piauí oitocentista, indubitavelmente, a pequena quantidade de pessoas que

²⁴CASTRO, 2007, p. 42

²⁵REIS, 2006, p. 80

habitavam seu território, o desinteresse dessa população por um ensino sem atrativos e totalmente “desvinculado da realidade” era produto do cruel processo de colonização que afetou diretamente a economia e conseqüentemente a educação. Ao contrário de outras províncias do Império, o Piauí não oferecia – pelo menos na visão da Coroa portuguesa cujo desprezo “causou dificuldades ao primeiro governador, João Pereira Caldas” – as condições necessárias para investimentos que pudessem gerar desenvolvimento e progresso, o que de maneira alguma justifica frente aos esforços empreendidos por autoridades locais como Pereira Caldas, o fato de que por muito tempo não se cogitou a ideia de criação dessas condições, mormente, quando a província conquista a sua autonomia política após 1758. O atraso no desenvolvimento da educação no Piauí permanecia e, para além da precariedade das condições educacionais e a falta de escolas – devidas, sobretudo, a questões de ordem econômica, política e social – esta situação desfavorável da província acabou incidindo de forma significativa sobre as diretrizes educacionais, determinando como seria suprida a necessidade de educação do seu povo. Realidade que começa a mudar a partir das ações políticas do Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Costa Filho (2006) ao abordar a temática da educação no Piauí destaca alguns aspectos importantes para os quais convém atentar. Um deles diretamente relacionado às questões de ordem social que tiveram grande influência sobre o processo de desenvolvimento da educação na província diz respeito à distinção de interesses educacionais das classes sociais da época. Sobre esse assunto declara:

Embora convivendo no complexo de fazendas, o fazendeiro, os vaqueiros, os agregados e os escravos, cada grupo social tinha interesses diferentes em relação à educação escolarizada. Em geral, os membros dos grupos de elite completavam o ciclo de estudo, pois representavam uma imposição do papel que desempenhariam na sociedade, já que ocupariam os cargos político-administrativos. Quanto aos escravos, jamais poderiam completar o ciclo de educação escolarizada, visto que, por determinação legal, lhes era negado o acesso à escola.

Para vaqueiros e agregados, eram reduzidas as possibilidades de completar o ciclo de estudo, uma vez que estavam envolvidos com a luta por sua sobrevivência e de sua família. Além do mais, as atividades necessárias à sobrevivência desses segmentos sociais dispensavam conhecimentos mais sistematizados.²⁶

²⁶COSTA FILHO, 2006, p. 36

Segundo este autor, para aquele momento histórico, as condições socioeconômicas da época foram determinantes para estabelecer um tipo de educação desprovida de um sistema de ensino organizado e, sendo assim,

Na sociedade piauiense oitocentista, as novas gerações aprendiam, na família, o conjunto de atitudes e ações capazes de integrá-las no meio social. Em face do baixo desenvolvimento tecnológico utilizado para a produção do necessário para a sobrevivência, o aprendizado dispensava um saber sistematizado e transmitido por instituições próprias para esse fim, como a escola. A integração dos mais jovens dava-se em situações diretas de trabalho, até mesmo as atividades de entretenimentos eram aproveitadas para repassar ensinamentos.²⁷

Como podemos notar na fala do professor Alcebíades Costa Filho, até a estruturação e organização do ensino na província do Piauí, o que se dá a partir do governo de Góis e Vasconcelos como já se havia adiantado, a sociedade piauiense do século XIX produzia o tipo de homem que necessitava por meio de uma educação informal desenvolvida no seio familiar, pois devido ao baixo nível de desenvolvimento tecnológico não havia necessidade de um sistema organizado de ensino para atender às emergências sociais da época e, por possuir uma economia de caráter essencialmente rural, onde o que se produzia era apenas para sobrevivência, a inserção das novas gerações dava-se em situações diretas de trabalho.

Neste primeiro momento

O processo de ensino era marcado pelo trabalho infantil que significou além da aprendizagem para a vida adulta, uma necessidade imposta pela condição socioeconômica. A terra destacava-se como principal meio de produção, os grandes proprietários de terra encontravam-se no ápice da organização social, o que implica dizer que a sociedade tinha as propriedades como o centro das relações costumeiras do lugar. No período em que a criança se iniciava no mundo do trabalho, iniciava também a aprendizagem das primeiras letras, ou seja, o preparo para a execução de um ofício, o ensino voltado para uma profissão.²⁸

Isto nos remete a título de breve reflexão ao estudo social da educação de Emile Durkheim (1978) segundo o qual não há uma “educação universal” que possa se adaptar a toda espécie humana, não há sociedades com sistemas pedagógicos únicos, ao contrário, para cada tipo de sociedade, um tipo de educação diferenciada como é próprio às necessidades humanas que variam conforme as condições sociais que nunca permanecem idênticas. Dessa forma, “em outros termos: em sociedades tão diferenciadas não pode haver outro tipo coletivo

²⁷Idem, p. 69

²⁸SOUZA, 2013, p. 2.

senão o tipo genérico de homem”. Reforçando, então, o argumento de que as condições impostas pela sociedade determina não só o tipo de educação como também os valores que o indivíduo deve desenvolver para inserir-se nela, lembramos que na concepção durkhemiana:

Não foi somente a sociedade que elevou o tipo de humano à dignidade do modelo que o educador deve esforçar-se por formar; mas é ela ainda que o constrói, e ela o constrói segundo as suas necessidades. Porque é um erro pensar que o indivíduo esteja todo em constituição natural do homem, e que não haja outro problema senão o de descobri-lo pela observação metódica, sob o risco de comprometer-se pela imaginação, a qual pelo pensamento transporta, ao mais alto grau, todos os germes que encontra. O homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja; e ela o quer conforme o reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio.²⁹

Como se percebe, uma realidade social bem diferente da que existia na província do Piauí no século XIX onde a concepção sobre este tipo de trabalho era outra, uma vez que o trabalho constituía, mesmo na idade infantil, um importante instrumento de educação, habilitação e inserção do indivíduo no convívio social. Tratava-se, como já foi dito, prioritariamente de uma questão de sobrevivência social.

Uma vez que no Piauí oitocentista, o trabalho infantil “significou, além da aprendizagem para a vida adulta, uma necessidade imposta pelas condições socioeconômicas” nada mais apropriado que a criação de um estabelecimento que, em acordo com a vontade dos pais, seus filhos pudessem ser educados e, sobretudo aprender um ofício que os preparassem para a vida em sociedade. E era justamente isso que pensava as autoridades locais da época, para eles, o estabelecimento representava o que está bem claro nas palavras do presidente Antônio Corrêa do Couto:

He por sem duvida uma instituição muito proveitosa a do Estabelecimento dos educandos artífices. Muitos meninos até hoje, ou por imensa pobreza de seus paes, ou pela falta de um estabelecimento em que aprendessem aler e algum officio mecânico, que servisse de arrimo a sua existência, cresciao ignorantes, e tornavao-se verdadeiros fardos a sociedade, incapazes de produzir, e consequentemente entregues ao ócio, atiravao-se sem escrúpulos aos vícios e ate mesmo aos crimes.³⁰

Note em sua fala que o estabelecimento aparentemente correspondia às expectativas dos governantes quanto a institucionalização de medidas públicas pertinentes ao

²⁹ DURKHEIM, 1978, p. 81

³⁰ Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piahy Dr. Antônio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de Junho de 1859. Therezina, Typ. Constitucional, de J. da. S. Leite. – Rua Grande, nº ilegível. p. 9

combate à pobreza, ignorância, ociosidade, o crime e a outros males que ameaçavam a tranquilidade, a paz e a harmonia social. Camufla-se, dessa forma, a intenção de se refrear os atos infracionários cometidos pela infância desvalida, bem como a reincidência dos mesmos. O que se intencionava mesmo era a ressocialização destes infantes e manter pleno controle sobre a vida social.

A propósito, a princípio a procura por parte dos pais pelos serviços que a Casa de Educandos podia ofertar era tímida, como se pode constatar no relatório do presidente de província de 27 de Junho de 1859, ocasião em que o Dr. Antônio Corrêa do Couto passou a administração ao Vice-presidente, o comendador Ernesto José Baptista. Os pais chegavam a ter “repugnância” só de pensar na possibilidade de enviar seus filhos àquela instituição para receberem educação como podemos deduzir da citação seguinte: “A principio como que se dava certa repugnancia nos Paes em entregar seos filhos para ali para receberem a educação conveniente; [...]”³¹. Por que os pais se opunham a essa ideia, o que explica tamanha resistência? Se de fato “Acreação do Estabelecimento dos educandos veio de alguma forma remover estes inconvenientes”, ou seja, a ignorância, a incapacidade de produção, o ócio, os vícios, os crimes e muitos os males que assolavam a sociedade piauiense do século XIX, e, como noticiou o jornal O Escholastico acerca dos meninos desvalidos na edição nº 09 de 1849, ano de fundação da Casa:

“Em breve teremos montado o Estabelecimento dos educandos artífices, essa instituição que tão felizes resultados ha apresentado em outras provincias: alli receberam os meninos desvalidos a educação conveniente a seus estados, e o ensino de officiosmechanicos, de que ainda tanta falta existe em nossa terra. sendo mantidos ás custas da fazenda provincial.

He por sem duvida, a creação do Estabelecimento, uma das mais interessantes medidas dos nossos legisladores provinciaes, e confiamos que o Exm.º Sr. Presidente da Provincia Dr. Anselmo Francisco Peretti, á quem esta reservada a gloria de montal-o, assaz se esforçara para bem o fazer. oxala que o pensamento da Assembleia e as vistas de S. Ex.^a, não sejam malogradas e que de semelhante Estabelecimento se colhão os desejados fructos; assim como que o dinheiro da fazenda seja alli mais bem empregado do que aquelle, que sem quase nenhum proveito, se gasta com alguns professores de instrucção primaria”.³²

Se a proposta era tão boa como noticiava o jornal e sustentava o conceito oficial acerca do estabelecimento, por que, insisto, boa parcela dos pais desvalidos da sorte não

³¹Idem

³² Todos os jornais consultados para esta pesquisa são pertencentes a Biblioteca Nacional Digital, Setor Hemeroteca. Daqui em diante citaremos apenas o nome dos jornais. Jornal O Escholastico, nº. 9, 31/10/1849, p. 01.

demonstraram naquele momento interesse em solicitar o ingresso de seus filhos ao estabelecimento? Provavelmente por que pelo que infere as informações contidas nas fontes analisadas, a exemplo do que ocorreu com outras instituições congêneres em outras províncias do Império, no Piauí, a princípio, o estabelecimento de educandos tenha funcionado também como política preventiva contra revoltas sociais.

Considerando que movimentos sociais como a Balaiada³³ também se estendeu ao Piauí, que o estabelecimento de educandos contava com uma rígida disciplina militar para manutenção da ordem e que alguns de seus diretores foram oficiais da tropa do exército ou da polícia não é absurdo imaginar que uma das explicações possíveis para a recusa inicial dos pais em matricular seus filhos na dita instituição, talvez seja o fato de que no Piauí também esta Casa tenha, de certa forma, funcionado como um meio de recrutamento de pessoas para compor o corpo do exército da província afim de conter as ditas revoltas sociais. Como refere Castro³⁴: “Nas demais províncias, elas se configuraram como uma forma de criar um corpo de reserva para o exército, o que levou inicialmente a que pais e tutores hesitassem em entregar seus filhos e protegidos aos cuidados dos governos”. Outra evidencia a favor desse argumento estaria relacionada à prática dos ofícios que aprendiam os educandos

Na pratica dos officios, que aprenderem, e com o produto do seo trabalho, podem os educandos, até certo ponto ao menos, ressarcir aos cofres públicos a despesa que com o respectivo sustento, e educação se houver de fazer, *sendo com preferencia applicados aos misteres mais necessários, e principalmente áquelles de que, como sejam o d'espingardeiros, cronheiros, alfaiates, sapateiros &*, he factível tirar immediato proveito em favor da tropa da Provincia, encarregando-se de aprontar as obras que ella precisar [...]³⁵

Ao mesmo tempo em que deveriam ressarcir os cofres públicos pelas despesas feitas com sua educação, o conhecimento adquirido dos educandos, ao término do seu tempo de aprendizagem, eram utilizados nos trabalhos mais necessários para aquele momento, entre os quais encontram-se as oficinas de espingardeiros e coronheiros e, quanto a emergência desses trabalhos para a província, diz Castro³⁶ que “[...] A sugestão de implantação de oficinas de espingardeiros e coronheiros, assim como no colégio maranhense, vinha da necessidade de armar a cidade contra outras possíveis revoltas, como a Balaiada, que deixou fortes marcas no Maranhão e no Piauí”.

³³ Revolta ocorrida no Maranhão entre os anos de 1838-1841 e que se estendeu à província do Piauí.

³⁴ 2007, p. 42

³⁵ Relatório com que dirigio o Exm.º Presidente da província do Piauhy, Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de Julho de 1847. Oeiras. Na Tipographia Provincial, p. 28, grifo nosso

³⁶ CASTRO, 2007, p. 82

Além dos conflitos acima relacionados “que agravaram o estado de instabilidade social que se refletia no funcionamento das escolas mantidas pelo governo”³⁷, outros fatores de natureza sociopolítica, tais como, o isolamento intermunicipal e intraprovincial, a resistência da classe elitista piauiense que se opuseram aos planos de desenvolvimento e modernização para a província, para além da geração de um estilo de vida característico em que a educação formal tinha pouca importância, contribuíram para retardar o desenvolvimento educacional no Piauí oitocentista. Por se encontrar isolado em relação às províncias do império e também em relação aos seus próprios municípios e totalmente dependente do “poder despótico dos fazendeiros”, a população piauiense amargou por muito tempo a triste sorte de não poder ter acesso e usufruir de um dos maiores bens e serviço público, a saber, a educação. Desenvolvimento e progresso nesse momento histórico da educação na província constituíam termos que segundo Costa Filho³⁸ em acordo com Franco³⁹ não sensibilizavam as principais camadas da sociedade piauiense que por causa de sua “formação primitiva” preferiam – por acharem essa atitude mais conveniente aos seus propósitos políticos – privar a província do contato com seus municípios e/ou demais províncias do império.

Analisando o aspecto da resistência dos grupos de elite ao progresso e desenvolvimento na província, concluímos que não apenas contribuiu para o atraso do desenvolvimento da educação da sociedade piauiense do século XIX, como valorizou de certa forma iniciativas como as do Governador Zacarias de Góis e Vasconcelos, mormente, no que diz respeito à sua postura firme em revitalizar a educação na província. Pois como referido antes, foi a partir das políticas públicas estabelecidas no seu governo que se passou a buscar de forma mais veemente soluções para sanar alguns dos problemas sociais – neste caso específico, a deficiência na educação – que afetavam e causavam danos à província do Piauí. Até esse momento, o que havia em matéria de educação no Piauí como diz Souza Neto (2006) ao referir Lopes (1996) era apenas “efêmeras tentativas de escolarização”, isto é, experiências esparsas de formalização do ensino. Tentativas que, de fato, devem ser reconhecidas e louvadas pela sua importância, mas que nem de longe corresponderam à grande demanda e necessidade de educação na província. Como declara esse mesmo autor:

As ações desses governantes, no entanto, ficaram restritas aos discursos que às ações, frequentemente suplicando escolas, mas não oferecendo solução ao problema. As cadeiras de instrução, quando criadas, não eram providas ou,

³⁷COSTA FILHO, 2006, p. 83

³⁸Idem, p. 40

³⁹FRANCO, 1977, p. 24 (apud COSTA FILHO, 2006)

se providas, muitas vezes não funcionavam, resultado do modelo adotado de instrução pública inadequado aos interesses da maioria da população, tendo se desenvolvido “de modo lento e insuficiente para o atendimento da população e permeada de criações e extinções de escolas, devido à própria organização da produção e do trabalho e ao modo como este vai se povoando”⁴⁰

Góis e Vasconcelos não apenas criou o Liceu Piauiense – instituição de secundário que perdura até aos dias de hoje – como posteriormente idealizou a criação do Estabelecimento dos Educandos Artífices do Piauí cujo propósito já exposto no início dessa análise, expandir-se-á no desenvolvimento de considerações posteriores sobre a dita Instituição. Enquanto que o Liceu atendia uma seleta parcela da população, “aquela que deveria ocupar os cargos públicos e dirigir os destinos da Província”⁴¹, o estabelecimento de educandos artífices era uma instituição “com características de ensino profissionalizante e destinada a assistir crianças e adolescentes necessitados”⁴². A seguir, uma descrição sucinta de uma dessas iniciativas particulares antes de nos remetermos a um exame preciso do nosso objeto de estudo – o colégio que funcionava na Fazenda de Boa Esperança, em Jaicós, do reverendíssimo Padre Marcos de Araújo Costa.

Esta escola citada no relatório da província de 1845, p. 16, pelo então presidente o Sr. Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos em sua defesa de um “curso de humanidades” para a província que possibilitasse aos “moços” de Oeiras e de outros municípios dá sequência aos estudos a fim de se habilitarem; apresenta-se, juntamente com o hábito do envio de moços da província do Piauí às “diversas academias do império”, como um contraponto perante a medida que privava a província de possuir o curso supracitado sob a alegação de que não havia na capital e em outros municípios alunos suficientes para frequentar as aulas, medida esta que na opinião de Góis e Vasconcelos manchava a reputação da província.

Considerada uma exceção entre as iniciativas particulares de ensino na província, não só pelo grande número de alunos que atendia, mas também pelo número de cadeiras que ofertava, o colégio do padre Marcos recebeu merecido reconhecimento do presidente da província do Piauí em 11 de Julho de 1846 diante dos deputados da Assembléia Legislativa como podemos ver a seguir:

O ensino particular pode diser-se que he nenhum, pois sò de primeiras letras há algumas escolas a cargo de mestres particulares, com pequeno numero de

⁴⁰SOUZA NETO, 2006, p. 122

⁴¹COSTA FILHO, 2006, p. 118

⁴²FERRO, 1996, p. 69

alumnos. Aparecetoda-via como notavelexcepção d'esta regra o ensino do Rvmº Padre Marcos d'Araújo Costa em sua Fazenda – Boa Esperança – Vós sabeis, Senhores, que longo tempo tem esse ancião respeitavelformado em sua casa uma especie de Collegio, no qual ensina á grande numero de moços não só primeiras letras, se não Latim, Francez, Rhetorica, Philosophia, e Theologia, sem receber gratificação alguma dos seos alunos, e o que mais he, sustentando-os á sua custa ainda quando são filhos de pessoas abastadas.⁴³

Marcelo de Sousa Neto em sua tese de doutorado intitulada *Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*, a respeito desta escola declara que:

Boa Esperança representou também experiência que estimulou o surgimento de outras escolas criadas e mantidas pela iniciativa privada, não somente por clérigos, mas por proprietários rurais interessados em oferta aos seus filhos pelo menos as primeiras letras. *Surgem, assim, outras escolas privadas e mesmo professores ambulantes contratados para ministrar aulas nas próprias casas e fazendas de proprietários rurais ou em outros locais adaptados, com funcionamento precário e quase sempre temporário.* Nesse ponto reside um dos diferenciais de Boa Esperança: o seu caráter permanente. Além disso, mesmo tendo como sede uma fazenda, contava com uma estrutura mínima de ensino que, dentre outras coisas, possuía uma biblioteca particular, algo raro na região, além de ser dirigida por um respeitado professor. Estes fatores levaram a historiografia a considerar a escola de Boa Esperança como a primeira e mais relevante dessas iniciativas, sendo comparada até mesmo a “uma oásis em meio do deserto”, em virtude das atividades que desenvolvia.⁴⁴

Como esclarece Souza Neto⁴⁵, a partir dessa escola do Padre Marcos surgiram no século XIX outras formas alternativas de ensino como resultado da “ineficiência das ações públicas”. Um bom exemplo disso são “as escolas familiares ou domésticas” – aonde “ministravam-se aulas ligas a um saber formal, mas também ligadas a um saber prático, focado na lida diário da vida no campo, representando uma tentativa de preencher o vazio deixado pela escola pública e responder às necessidades locais” – e os mestres ambulantes que viajavam longas distâncias a fim de ensinar a ler, escrever e contar, bem como tudo o que fosse necessário à sobrevivência individual e coletiva da sociedade piauiense. Este sistema segundo o professor Alcebíades Costa Filho foi bem sucedido no século XIX por que atendeu de forma satisfatória aos interesses dos grupos sociais de elite, fim pelo qual foi criado.⁴⁶

⁴³ Relatório de Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 11 de Julho de 1846. Oeiras, na Typographia Provincial. p. 15

⁴⁴ SOUSA NETO, 2009, p. 182

⁴⁵ Ídem, p. 123, 124

⁴⁶ COSTA FILHO, 2006, p. 71

As escolares particulares e familiares surgiram para compensar as deficiências do estado em suprir a carência de educação do povo piauiense. No caso das escolares particulares a partir da

reforma do ensino de 1880, ficou determinado que, nos locais onde não existissem escolas oficiais de ensino primário, as crianças e jovens em idade escolar seriam absorvidos pela escolar particular existente na localidade, mediante subversão paga pelos cofres provinciais.⁴⁷

Já as escolares familiares surgiram para atender as emergências educacionais do povo que habitava a zona rural, classe não privilegiada pelas escolas particulares e sobre essas escolas da zona rural Costa Filho⁴⁸ afirma que: “foi, portanto, para atender a esta necessidade que a população da zona rural criou as escolas familiares, onde as crianças e jovens recebiam o ensino no âmbito doméstico através de membros da família ou professores contratados, os mestres ambulantes”.

O panorama da situação precária na qual se encontrava o sistema de instrução pública no Piauí do século XIX pode ser visualizado, segundo Sousa Neto (2009), como um quadro em que se tratando de instrução pública na província do Piauí oitocentista percebemos um sistema deficitário, desprovido de ajuda do governo, professores maus remunerados e com salários em atraso que tinham que prover do próprio bolso os meios, os recursos e as condições necessárias ao funcionamento das aulas e, portanto, carente de reformas urgentes.

É neste contexto histórico marcado por grandes dificuldades ao desenvolvimento da educação na província do Piauí que surge o Estabelecimento dos Educandos Artífices com a proposta de acolhimento dos filhos de pais pobres da terra que os viu nascer.

2.2 Políticas públicas do governo do presidente da província do Piauí Zacarias de Góis e Vasconcelos

O Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos esteve à frente da administração pública da província do Piauí por pouco mais de dois anos, para ser mais preciso 2 anos, 1 mês e 9 dias. Segundo Relatório do presidente da província de 1845, foi “nomeado presidente da província” em 4 de Abril de 1845 por meio de Carta Imperial e empossado no dia 28 Junho do mesmo ano na cidade da Bahia. No dia 1 de Agosto de 1845, “em tão poucos dias de Governo” em cumprimento do preceito constitucional discursou aos deputados da Assembleia Legislativa

⁴⁷Idem, p. 136

⁴⁸Idem, p. 141

na intenção de informa-los, instrui-los sobre os negócios públicos e as providencias necessárias ao melhoramento da província.

Entre as muitas questões abordadas em seu discurso acerca das providências necessárias ao melhoramento da província convém pontuar a emergência da estruturação do ensino público como uma das prioridades na administração do atual governo. Em sua fala sobre a instrução pública na província do Piauí é notável seu interesse e empenho em sinalizar para “essa grande necessidade social” que certamente deveria “merecer” a “solicitude e consideração” daqueles representantes eleitos pelo povo.

Após tomar conhecimento da situação caótica na qual se encontrava o ensino público na província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos sugere medidas que para além da organização do sistema de ensino em Oeiras, demonstra que, em seu entendimento, estruturação do ensino e melhoramento da província são aspectos inseparáveis, interdependentes.

Uma de suas primeiras medidas foi sugerir a revogação da lei nº 40 de 29 de Agosto de 1836 transcrita aqui da mesma forma como se encontra no documento original. Vejamos as razões:

No meu entender, senhores, *he digna de ser revogada a lei provincial N° 40 de 29 de Agosto de 1836*, que nega ordenado aos Professores das Cidades, Villas, ou povoações que não mostrarem, por atestado das Camaras, ou Juizes de Paz ter 12 discipulos. He sem duvida obrigação do Legislador não crear indiscretamente Cadeiras de 1.^ª Letras para os mais insignificantes povoados; mas huma vez que em sua sabedoria resolva a criação de huma Cadeira não pode fazer depender o ordenado do Professor de factos independentes de sua vontade pelos quaes jamais deve responder. Nenhum individuo, excepto se for inteiramente sem mérito, quererá expor-se aos encommodos do magistério, e emprender huma viagem as vezes bem longa para o lugar do ensino na contingencia de voltar em breve, ou porque não haja realmente abundancia de meninos que frequentem a escola ou porque os paes, incapases de apreciar as vantagens da educação de seus filhos, recusem envia-los á aula, como infelizmente acontece.⁴⁹

Como podemos perceber, de acordo com a Lei nº 40 de 29 de Agosto de 1836 os professores das cidades, vilas e povoados pertencentes à província do Piauí que, no exercício da profissão, percorriam longas distâncias para ensinar, eram impossibilitados de receber salário por seus serviços prestados à administração pública quando o número de seus alunos

⁴⁹Relatório do Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Agosto de 1845. Oeiras. Na Typographia Provincial. p. 13, grifo nosso

fosse inferior a 12. Note-se que, Zacarias de Góis e Vasconcelos entende que para além da criação de cadeiras de primeiras letras é responsabilidade do legislador a prescrição de leis justas, prudentes que favoreçam a manutenção dessas cadeiras e garantam um ensino de qualidade. Até porque em algumas localidades onde o número de discípulos era inferior ao previsto na lei vigente a causa principal era a recusa dos pais em enviá-los à aula, fato que independia da vontade e dos esforços dos professores para ser solucionado. Sendo assim, entendia ser justo a revoga daquele preceito ou, caso contrário, que a cobrança dos ordenados dependesse de um número menor de alunos do que o disposto na lei.

Outro ponto interessante da legislação educacional vigente na província sobre o qual chama atenção o presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos diz respeito à indecisão das leis provinciais quanto a “excelência” que reconheciam no ensino mútuo como método que deveria nortear o funcionamento do ensino primário e as “dificuldades de estabelecê-lo convenientemente”. Segundo determinava as leis da província, o método mútuo deveria dar as diretrizes para a instrução da mocidade, porém, a irresolução do problema supracitado deixava o ensino em um estado provisório prejudicial ao seu progresso, razão pela qual Góis e Vasconcelos na qualidade de presidente da província do Piauí sugeriu a escolha de um método único que atendesse às necessidades da província ou que se determinasse para as escolas de localidades mais importantes o ensino mútuo e, a outras, ensino simultâneo. Contudo deixou bem claro o seu parecer sobre esta questão:

Dando minha opinião francamente á este respeito, declaro, que não posso considerar grande mal para a Província a privação do ensino mutuo vejo que esse methodo de instruir a mocidade, outr’ora tão gabado, vai hoje perdendo a estima dos homens 35briga35uos, juizes competentes nesta questão. Para não abusar de vossa 35briga35uo, deixo de alegar muitas 35briga35uos35es em abono de minha asserçao, citando somente as seguintes palavras de hum 35briga35escriptor: O ensino mutuo , que oferece o espetaculo de classes innumeraveis dirigidas por hum só mestre com o auxilio de pequenos monitores tirados d’entre os discipulos, não da educação propriamente dita, mas instrucção, e esta tão superficial e de certo modo tão material, que verdadeiramente não he cultura do espirito.

Poderai ainda que, senhores, que na Hollanda, e na Allemanha, paizesclassicos em materia de educação da mocidade, está em desuso o ensino mutuo; e dissei-me se parece bem que nos mostremos sentidos pela falta de hum methodo, que nas Naçoens cultas abandonão.⁵⁰

Observando atentamente as palavras do presidente perceberemos que, na sua visão, indubitavelmente, a solução para reforçar o ensino público na província era a mudança

⁵⁰Idem, p. 14 e 15, grifo nosso.

de diretrizes pautada pela substituição do método mútuo por outro que melhor se adequasse à nova realidade educacional. O método mútuo, tão louvado e apreciado por celebres intelectuais caíra em desuso e na visão do presidente da província já não mais servia ao propósito de instrução da mocidade piauiense, então Zacarias de Góis e Vasconcelos sugere aos deputados da assembléia legislativa que um novo método – o método simultâneo – seja implantado para alcance dessa tão célebre função.

O ensino simples ou simultâneo vigorou durante todo o século XIX e

A maior vantagem era a proximidade entre aluno e professor, o que humanizava as relações entre os agentes do processo de ensino e aprendizagem. Quanto às desvantagens, indicava a perda de tempo, o grande esforço despendido pelo professor diariamente no atendimento dos alunos e a impossibilidade de manter a disciplina.⁵¹

Para aumento da “força pedagógica” na província do Piauí, Zacarias de Góis e Vasconcelos determina a criação de leis mais claras e concisas que favoreçam o ensino público no que diz respeito a sua regulamentação e organização, prevendo a obrigatoriedade da frequência escolar e, por conseguinte, da instrução.

Em resposta às propostas apresentadas os deputados da assembléia legislativa decidiram tomar as devidas providências para o fortalecimento da instrução pública na província do Piauí. Como refere a professora Maria Alveni Barros Vieira:

Em pronto atendimento às recomendações feitas pelo presidente da Província os deputados da assembléia Legislativa do Piauí decretaram em 26 de setembro e publicaram em 6 de outubro de 1845, a Lei nº 198 dando providências à instrução pública na província do Piauí.⁵²

Segundo Vieira (2013):

os termos da lei nº 198 de 6 de outubro de 1845 determinavam que fosse ampliada a escolarização das primeiras letras para um número maior de crianças em idade escolar, mas, concomitantemente, se fazia necessário estruturar um sistema de educação escolar pública no Piauí que interagisse mais ou menos com os poderes públicos locais e grupos familiares. Daí, a nomeação do Diretor da Instrução Pública e de censores (supervisores) para exercerem o controle rigoroso do cumprimento do programa de estudos (conforme o declarado na Lei, de 15 de outubro de 1827), livros e compêndios aprovados, dias feriados, período de férias e da obrigação dos

⁵¹ COSTA FILHO, 2006, p. 84

⁵²VIEIRA, 2013, P. 142

pais no sentido de encaminhar seus filhos meninos (7-14 anos) e meninas (7-10 anos) à escola de primeiras letras.⁵³

Analisando o quadro de elevação das iniciativas públicas e particulares no Piauí apresentado por essa autora e que objetivaram a expansão das escolas de primeiras letras no período compreendido entre os anos de 1844 a 1859, fica evidente que, especificamente, a partir da promulgação da referida Lei, o Estabelecimento dos Educandos Artífices “criado” pelo Governador Zacarias de Góis e Vasconcelos e “autorizado” a abertura mediante a Resolução nº 220 de 24 de setembro de 1847, constituiu uma das iniciativas de escolarização na província que contribuiu com a realização do propósito de estruturação e expansão da instrução pública no Piauí dos oitocentos.

Do conjunto de programas e ações do governo Góis e Vasconcelos voltados para as melhorias da província do Piauí foram realizadas ou iniciadas a construção de pontes, melhorias de ruas e estradas, investimentos significativos na área da saúde e da educação, criação e organização do aparelho burocrático do Estado e mesmo não tendo tempo suficiente para criação da Casa de Educandos antes de findar o seu governo começa a tramitar a lei que atendendo às necessidades da província de desenvolvimento e progresso formaria o “operário profissional, o artífice de então”⁵⁴. Por isso também considero

[...] justas as homenagens que continuamos a tributar ao grande estadista brasileiro. Procurou melhorar as condições urbanistas da Capital, aparelhar o serviço público sob o ponto de vista burocrático e administrativo, estudou os problemas piauienses de educação, saúde, repressão do crime, buscando racionalmente suas soluções.⁵⁵

No ano de fundação do Estabelecimento dos Educandos Artífices, ainda no governo da província, o Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos continua demonstrando preocupação com o desenvolvimento da instrução pública no Piauí. No discurso do dia 6 de julho de 1847 aos deputados da Assembléia Legislativa propõe para melhoria da educação do povo, entre outras medidas, a criação do estabelecimento que deveria atender às seguintes emergências: proteção e amparo dos meninos filhos de pais desvalidos e o cuidado de sua educação como fica evidente nas palavras transcritas abaixo:

Nada mais ordinário, Srs., que ver pelas ruas d’esta Cidade meninos filhos de paes desvalidos, ou que não tem quem cure de sua educação e futuro: o mesmo, e mais ainda deve acontecer fora daqui, no resto da província. Ora

⁵³Idem, p. 144

⁵⁴NUNES, 1975, p. 48

⁵⁵Idem, 1975, p. 52

esses individuos, assim desfavorecidos na quadra, em que mais necessitam de protecção, e de apoio, são os que geralmente depois se lançam desenfreados na carreira dos crimes, e se tornam o fragello da sociedade. He logo huma medida de humanidade, se não de bem entendida policia preventiva, não desprezar a sorte d'esses pobres meninos, e tractar de sua educação. *Com este presposto lembro á Assembleia a criação de hum pequeno estabelecimento, conforme ás circumstancias da Província, em que taesmeninos se recolhão em numero determinado, para o fim de instruir-se nas primeiras letras, e aprender diversos officios.*⁵⁶

O estabelecimento dos educandos artífices do Piauí foi a quarta instituição desta natureza a se estabelecer em todo o território nacional, nasceu dentro dos mesmos moldes que o estabelecimento do Maranhão no qual foi inspirado e cuja finalidade Marques⁵⁷ descreve da seguinte maneira: “O fim d’esta instituição foi proporcionar á mocidade desvalida educação regular, torna-la moralizada, inspirar-lhe o amor e dirigi-la de sorte, que mais tarde concorresse para a felicidade e riqueza publica”. Castro⁵⁸ que pesquisou sobre a Casa de Educandos Artífices do Maranhão acrescenta algo que explica o fato desta Casa não apenas ter servido de modelo para o estabelecimento do Piauí como constituiu referência para instituições congêneres existentes em outras província do Império, “pois a Casa Maranhense apresentava nível admirável de organização e de padrão educacional”. Irma Rizini⁵⁹ citando Celso Fonseca (1986) diz que para este autor a Casa de educandos do Maranhão foi “a melhor casa de ensino profissional do império”.

Se analisarmos atentamente os fins para os quais foram criadas as Casas de Educandos Artífices à época do Império, perceberemos que segundo apontamentos dos autores que discorrem pela temática, todas nasceram praticamente com o mesmo objetivo – amparar a juventude desvalida por meio de uma educação profissionalizante – ensino de ofícios – que a habilitasse para a vida em sociedade despertando naqueles indivíduos valores morais e cívicos que favorecessem para além da recuperação daquela classe de pessoas, a manutenção da ordem e da vida social.

Sobre a criação dessas instituições congêneres, Genimar Machado Rezende de Carvalho (2013) declara que:

⁵⁶Relatório que dirigio o Exmº Presidente da Província o Piauhy Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de Julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial. p.22, grifo nosso.

⁵⁷DicionarioHistorico, Geographico, Topographico e Estatistico da Provincia do Maranhão, por Cezar Augusto Marques. Maranhão. José Maria Correa de Frias, Editor. Á venda em sua livraria, typographia e encadmação, rua da Palma, nº 7, e nas principaes livrarias do império. 1864, p. 134.

⁵⁸2007, p. 26

⁵⁹2004, p. 171

Era necessário desenvolver na classe pobre o “gosto” pelo trabalho e isto deveria ser estimulado ainda na infância, o que levou à criação, principalmente durante a segunda metade do século XIX, de várias instituições congêneres em outras províncias do império.⁶⁰

Considerando a funcionalidade da Casa de Educandos Artífices no Piauí, em acordo com Maria Mafalda Baldoíno Araújo, declara ainda que o Estabelecimento dos Educandos Artífices no Piauí,

representou simultaneamente uma forma de controle e moralização das classes pobres e o instrumento por meio do qual se qualificava e disciplinava esta parcela da população para substituir o trabalho escravizado, formando uma mão de obra barata à disposição sobretudo da própria administração provincial.⁶¹

Para Carvalho⁶² a criação do estabelecimento estava baseada em três preceitos: ajuda humanitária, prevenção e combate contra a ociosidade e criminalidade e a formação de mão-de-obra barata a serviço da administração pública.

Reforçando um dos argumentos que procuramos desenvolver neste capítulo inicial, recorreremos mais uma vez às considerações dessa autora quando declara que “a criação da instituição estava inserida em um momento de tentativa de valorização do trabalho e controle, através deste último, das classes pobres consideradas ociosas e perigosas”.⁶³

Odilon Nunes (1975) sustenta que a finalidade da criação do estabelecimento mais que uma medida humanitária estava diretamente relacionada aos interesses econômicos da província como explicado anteriormente. Para ele:

O estabelecimento de Educandos Artífices foi criado para acolher crianças pobres, e desamparadas, dar-lhes abrigo, instrução e ensino profissional. Correspondia ao imediato interesse econômico da província, cujo desenvolvimento era entravado pela falta de trabalhadores profissionais: “Estabelecimentos como este, há em quase todas as províncias...”, dizia Góis, em mensagem a Câmara Legislativa.⁶⁴

Irma Rizini⁶⁵ abordando o assunto da criação dessas instituições por parte do Governo de nove províncias do império em suas respectivas capitais – ver tabela abaixo com relação das Casas de Educandos Artífices criadas no século XIX – destaca a preocupação

⁶⁰ CARVALHO, 2013, p. 137

⁶¹ ARAÚJO apud CARVALHO, 2013, p. 138

⁶² 2013, p. 13

⁶³ CARVALHO, 2013, p. 139

⁶⁴ NUNES, 1975, p. 59

⁶⁵ 2004, p. 160, 161

desses Governos “com a formação para o trabalho e em evitar que crianças desvalidas se tornassem futuros vadios, inúteis ou mesmo perigosos à sociedade”. Amparada sobre os escritos de Luiz Antônio Cunha (1979) e Luiz Antônio Carvalho Franco (1988) essa autora enfatiza outros aspectos (elementos) importantes relacionados à questão que nos faz pensar sobre outras possíveis explicações para o estabelecimento dessas instituições. Em Franco, por exemplo, ela aponta a mesclagem dos “objetivos técnicos e econômicos da formação de artífices” com objetivos ideológicos corroborando essa junção para a transformação do ensino de ofício em “uma obra de caridade e controle social” cuja finalidade principal em sua concepção é “amparar e conter os desvalidos”. Lançando mão das explicações de Franco ressalta ainda que a função principal dessas instituições criadas no século dezenove era a recuperação social dos menores que vagueavam pelas ruas. Era necessário limpar as ruas, uma vez que esses menores constituíam um ultraje ao progresso e aos ideais de modernização e civilização.

Casas de Educandos Artífices criadas no século XIX⁶⁶

Local	Ano de criação	Ano de extinção
PARÁ	1840	Fechada em torno de 1852. No início da década de 1850, a Casa de Educandos Artífices do Pará entrou em decadência, levando à deserção de alunos. Contando com uma média de 50 alunos por ano até 1850, Gonçalves Dias encontrou somente 12 educandos na sua visita a Casa em agosto de 1851. Em 1872, o governo provincial fundou o Instituto Paraense de Educandos Artífices. Em 1899, mudou-se para a nova sede, construída especialmente para 40briga-lo. Transformado na Escola Profissional Lauro Sodré em 1949; hoje funciona no prédio a Escola Pública Lauro Sodré.
MARANHÃO	1841	Crise em 1889 devido às dificuldades financeiras da

⁶⁶**Fonte:** Tese de Irma Rizini, O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazonia imperial, 2004, p. 170.

		Província, decorrentes da queda dos preços do algodão e do açúcar. Na República, a Casa deixa de existir e no seu edifício foi instalada a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, em 1910.
SÃO PAULO	1844	Extinta em 1868; em 1874 surge o Instituto de Educandos Artífices. O Instituto “desapareceu lentamente”, segundo Candido Motta.
PIAUI	1849	Extinta em 1873.
ALAGOAS	1854	Em 1858, o Presidente da Província, Agostinho Luís da Gama, afirmou que faltava aos mestres o estímulo de paga ou ordenado, e aos educandos, os materiais e instrumentos de trabalho. Em 1859, o governo sugeriu à Assembléia Legislativa a transformação do Colégio em asilo agrícola.
CEARÁ	1856	Segundo Celso Fonseca, o estabelecimento fechou as portas muito antes de findar a Monarquia.
AMAZONAS	1858	Fechado pela administração provincial em 1877, como uma das medidas de redução de despesas do governo; reaberto em 1882, com o nome de Instituto Amazonense dos Educandos Artífices. Em 1894 passa a se chamar Instituto de Artes e Ofícios. Denominado Instituto Affonso Penna, a instituição manteve suas diretrizes no regulamento que a reorganizou em 1908, instalada em amplo e arejado edifício,
RIO GRANDE DO NORTE	1859	Escola fechou por dificuldades materiais das instalações, falta de espaço para as oficinas e a inexistência de professorado capaz, segundo Celso Fonseca.
PARAÍBA	1865	Foram localizadas informações sobre o “Colégio de Educandos” nos relatórios provinciais até o ano de 1874;

		referências ao seu fechamento não foram encontradas.
--	--	--

Ainda sobre a preocupação dos governos aonde se instalaram estes estabelecimentos, Rizine⁶⁷ declara que: “o disciplinamento das classes populares, a partir da educação de suas crianças também foi um objetivo importante destas instituições que não pode ser ignorado”. “[...] A obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade dos costumes constituem objetivos importantes dos internatos para desvalidados” da qualidade da Casa de educandos. É o que Priscila de Moura Souza (2013) denominará no ensaio “trôpegos passos”: A instrução no Piauí dos oitocentos de “processo civilizador”. Como ela mesma declara:

Face a esse processo civilizador o governo de nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices em suas capitais, entre 1850 e 1865, entendidas como tentativas de controle social de uma população percebida como potencialmente ameaçadora à vida urbana, preocupados com a formação de operários e em evitar que crianças desvalidas se tornassem inúteis ou mesmo perigosas à sociedade.⁶⁸

César Augusto de Castro⁶⁹ ao tecer considerações sobre a Casa de educandos do Piauí logo após sua transferência de Oeiras para Teresina refere com auxílio de Araújo (1995) uma série de “iniciativas políticas” que refletiam um pequeno “surto de progresso” na nova capital da província e, entre elas, encontramos justamente uma que traduz muito bem um dos objetivos de criação do Colégio de educandos – a necessidade de regulamentação do trabalho e prevenção da “ociosidade e a vagabundagem”.

E, por fim, Costa Filho⁷⁰ ao relacioná-la como uma das mais importantes instituições profissionalizantes do Piauí aponta como objetivo de sua criação o acolhimento de

“crianças do sexo masculino, pobres e desamparadas. Ofereciam-lhes abrigo, instrução primária e profissional. A clientela era formada por jovens com idade entre oito e quatorze anos, que apresentavam atestado de sanidade mental e que fossem comprovadamente pobres.”⁷¹

⁶⁷2004, p. 163

⁶⁸SOUZA, 2013, P. 3

⁶⁹2007, p. 85

⁷⁰2006, p. 127

⁷¹COSTA FILHO, 2006, p. 128. Grifo nosso.

Costa Filho destaca ainda o “caráter discriminatório” do sistema educacional piauiense que excetuava do privilégio de estudar nesse estabelecimento de ensino os escravos, porventura, os mais carentes da província.

Retomando a análise dos desdobramentos do Estabelecimento de Educandos Artífices na província do Piauí, é importante dizer que os acontecimentos em torno da história da instituição não começam e terminam com as iniciativas públicas de Zacarias de Góis e Vasconcelos, ao contrário, suas políticas públicas apenas prepararam o caminho e todo o cenário para a instalação e desenvolvimento daquela instituição como veremos a seguir.

É consenso entre a maioria dos autores consultado para esta pesquisa que a Casa de educandos foi inaugurada em 1º de Dezembro de 1849, facultada pela Lei provincial nº 220 de 24 de Setembro de 1847 no governo de Anselmo Francisco Peretti, porém Cesar Augusto Castro⁷² que em acordo com Bastos (1994) constituem uma exceção por apontar o presidente Marco Antonio de Macedo e não Peretti como responsável por sua fundação. Mas apesar das divergências de opiniões o fato é que todos concordam que ao fim do governo de Góis e Vasconcelos já tramitava a lei que possibilitaria essa conquista. Inclusive o próprio Castro reconhece a importância desse governador como mentor da ideia de criação da Casa de educandos na província do Piauí e julga suas justificativas como as mais pertinentes de todas as que foram apresentadas às assembleias provinciais em seus 24 anos de existência, simplesmente por resumirem muito bem um amplo panorama da situação da infância abandonada e a importância do estabelecimento como forma de mudar esse quadro⁷³.

Pouco tempo depois de sua fundação foi transferido de Oeiras para Teresina em Agosto de 1852 e segundo Genimar Machado Rezende de Carvalho, a finalidade era a “utilização dos educandos nas obras públicas para construção da nova capital, momento em que o trabalho destes jovens ganhou maior visibilidade e importância”⁷⁴. Porém, os problemas de ordem estrutural não desaparecem com essa mudança e apesar das muitas tentativas de melhorias realizadas por governos como os de Antonio Francisco Pereira de Carvalho (1854) que reconheceu a necessidade de uma sede própria para o estabelecimento e contratou serviços à oficina de sapateiro como um incentivo aos serviços prestados pelo estabelecimento; Frederico de Almeida e Albuquerque (1855) que principiou as obras de uma sede própria para o para a Casa dos educandos, mas infelizmente não conseguiu leva-la a

⁷²2007, p. 80

⁷³CASTRO, 2007, p. 81

⁷⁴CARVALHO, 2013, p. 147

termo por suscitar a obra muitas discussões e divergências; enfim, vários problemas permaneceram – acomodações inapropriadas, péssimas condições sanitárias, carência de pessoal e material de expediente, etc. – durante toda a década de 1850 o estabelecimento esteve às voltas com uma variedade significativa de problemas que só começam a esvanecer nesse período, mas não em sua plenitude. É a partir da década de 1860, quando cresceram os investimentos em torno da Casa que vemos uma evolução significativa no movimento do estabelecimento que pode ser medido pelo ingresso de um número maior de educandos, melhorias nas condições estruturais do edifício e a criação de novas oficinas⁷⁵. Mas sobre isso trataremos no desenvolvimento do capítulo seguinte.

⁷⁵ CASTRO, 2007, 43

3. CAPÍTULO 2

3.1 Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: o corpo de educandos

Como já demonstrado desde o princípio, o corpo de educandos do estabelecimento da província do Piauí era composto por crianças e adolescentes desamparados, filhos de pais pobres, sem nenhuma instrução ou perspectiva de futuro. Indivíduos desprovidos – do ponto de vista das autoridades governamentais – de vantagens morais ou materiais para o padrão considerado normal para o tipo de sociedade civilizada que se pensava para a época. Crianças dadas à ociosidade, tendentes ao crime e à prática de vários vícios, consideradas verdadeiros flagelos sociais.

Mas apesar da variedade de informações que podemos encontrar acerca desses sujeitos nos manuscritos, relatórios dos presidentes da província, jornais, etc., traçar um perfil dos indivíduos que constituíram o corpo discente da Casa de educandos no Piauí em seus 24 anos de existência não é tarefa simples por que isso depende de uma série de fatores que vão desde o tipo de abordagem que fazemos das fontes disponíveis – lembre-se que os fatos nelas registrados não falam por si só – até a maneira como as problematizamos. Sendo que as fontes que retrataram a realidade dos meninos que frequentaram aquela instituição e que nos ajudam na reconstituição do passado daqueles indivíduos são contemporâneas de quem as produziu, geralmente estão permeadas pela subjetividade dos seus autores e, portanto, merecem um tratamento especial até mesmo pelas condições delicadas de manuseio e conservação. Aproximar-se da realidade desses garotos depende muito do tipo de relação que mantemos com as ditas fontes e como refere Rizini: “obter um perfil mais aproximado da clientela destas instituições é um desafio que poucos pesquisadores conseguem vencer. A definição extremamente generalista da clientela oculta os rumos que cada Casa deu aos seus objetivos”.⁷⁶

Encontram-se no Arquivo Público do Piauí centenas de documentos que podem nos ajudar na tentativa de traçar um perfil da clientela que frequentou o estabelecimento de educandos artífices. Esses manuscritos confrontados com os relatórios da província podem ou não fortalecer a ideia de que só aqueles que se enquadravam dentro do perfil pré-estabelecido pelo regulamento poderiam conseguir a “graça” de ser mandado admitir no estabelecimento.

⁷⁶ RIZINI, 2004, p. 183

Através de uma análise cuidadosa e do cruzamento dessas fontes poderemos obter um resultado mais aproximado quanto a identificação desses sujeitos.

Embora existisse regulamento (s) determinando os pré-requisitos exigidos para a admissão de pessoas, caracterizando o perfil do sujeito considerado apto para estudar no estabelecimento, uma análise acurada das informações contidas em fontes manuscritas: registros de ofícios da presidência, correspondências entre autoridades, além dos relatórios da província, periódicos, etc., Para além do que determinava o (s) regulamento (s), nos fornecem subsídios que permitem através de sua problematização e uma análise crítica nos aproximar de uma visão mais ampla dessa história, sobretudo, nos levando à percepção das relações que foram estabelecidas, dos saberes e práticas que envolveram os sujeitos no universo da Casa dos Educandos do Piauí.

Regulamento

Capítulo 1º

Dos educandos, sua admissão e despedidas

Artigo 1º - para que qualquer pessoa possa ser admitida na Casa dos Educandos Artífices desta cidade deve mostrar.

§ 1º Que é uma pessoa desvalida

§ 2º Que não é menor de oito nem maior de quatorze anos

§ 3º Que se acha [em]⁷⁷ condições sanitárias satisfatórias

Artigo 2º A prova do 1º quesito será dada por meio de justificação ou atestado de [autoridades] [**ilegível**]⁷⁸ [fidedignas], a do 2º por meio de [certidão ou justificação] de idade, e a do 3º por meio de um exame de sanidade feita pelo médico do partido público.

A justificação deve ter lugar na falta ou insuficiência do atestado e quando torna-se impossível a apresentação da certidão.

Artigo 3º Não poderao ser admitidos ainda que se mostrem compreendidos nas disposições do artigo 1º e seus §§ os escravos.⁷⁹

De acordo com regulamento da Casa de Educandos, como podemos ver na transcrição acima, para ser admitido no dito estabelecimento o pretendente a vaga deveria

⁷⁷ De acordo com as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos as palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

⁷⁸ De acordo com as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos as palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

⁷⁹ Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI (Daqui em diante APEPI). Regulamento da Casa de educandos

provar legalmente que atendia as exigências preestabelecidas no regulamento que, em conformidade com o seu artigo 1º, incisos 1º, 2º e 3º, se resumiam basicamente em ser pobre, estar dentro da faixa etária de 8 a 14 anos de idade e gozar de boa saúde. Os pais, tutores ou responsáveis pelas crianças, juvenis e adolescentes que pleiteavam as vagas disponíveis no estabelecimento, segundo o artigo 2º do referido regulamento – não foi possível identificar o ano do documento, pois a caixa que contém todos os documentos com informações sobre o estabelecimento, inclusive esse, na ocasião da pesquisa não se encontrava devidamente organizada – deveriam mediante apresentação de atestado de pobreza, certidão de idade e exame de sanidade, expedidos por autoridade competentes, demonstrar que tais indivíduos mereciam a graça concedida por V. Ex. o Presidente da Província de serem admitidos naquela instituição.

Na tentativa de identificar a clientela que frequentou o Estabelecimento no período de seu funcionamento foram examinados dezenas de documentos contendo valiosas informações sobre alguns menores admitidos na Casa. Apesar dos documentos não conterem informações precisas sobre esses indivíduos – me refiro aos utilizados nesta pesquisa – as informações neles contidas permitem resgatar a memória desses sujeitos e pensar, entre outras questões, a existência de casos extraordinários na rotina das práticas educacionais dentro da Casa de educandos. Considerando o objeto de estudo em questão, a análise minuciosa de das fontes supracitadas acusará, por exemplo, casos de sujeitos que foram admitidos no estabelecimento, porém não se enquadravam dentro das características exigidas pelo regulamento da Casa, observe os manuscritos abaixo que demonstram a existência dessas duas realidades com respeito à admissão de educandos no Estabelecimento.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Seja admitido. Palácio do Governo da Província do Piauí. 5 de Maio de 1870.

Nº 92

[Ilegível]

Mande-se admitir em 6 de maio de 1870.

Ana Maria de Andrade, em observância ao respeitável despacho de Vossa Excelência exarado na petição junta da Suplicante⁸⁰ mandando-lhe que apresentasse certidão de idade do filho da Suplicante que pretende seja admitido no estabelecimento de educandos desta cidade, *vem com os documentos juntos sob números 2 e 3 provar que o dito seu filho se acha nas*

⁸⁰ O que ou a que requer em juízo. Dicionário da Língua Brasileira. Por Luiz Maria da Silva Pinto. Natural da Província de Goyaz. Ouro Preto. Na Typographia de Silva, 1832.

condições da Leipara o fim da pretensão da suplicante; cujos documentos são, a certidão de idade e atestado do Pároco exigidos por Vossa Excelência; por isso que

P. a Vossa Excelência Ilustríssimo e Excelentíssimo

P. Presidente da Província se sirva mandar admitir o filho da suplicante no mencionado estabelecimento de educandos

E. R. M^{ce}

Teresina 06 de Maio de 1870.

Arrogo da requerente

Manoel Raimundo da Paz⁸¹

Conforme ordem acima, o filho da suplicante Ana Maria de Andrade preenchia todos os pré-requisitos exigidos pelo regulamento do estabelecimento para ser admitido naquela instituição de ensino. Note nas referências do documento abaixo, especialmente nas partes grifadas, a ênfase dada aos documentos – declaração de idade e o batistério – em anexo que não foram transcritos aqui, mas que existem no Arquivo Público em Teresina e constituem evidências que comprovavam possuir o menor, totais condições de admissão.

A senhora Ana Maria de Andrade era natural da Vila de São José da Cajazeiras, província do Maranhão e segundo o seu atestado de pobreza datado de 20 de Abril de 1870 e assinado pelo tenente Joaquim José da Silva Viveiros, 1º juiz de paz e subdelegado de polícia do 1º distrito daquela localidade, ela era viúva, “nimiamente”⁸² pobre, mãe de família numerosa que trabalhava sofrivelmente pela sua manutenção e de sua família. Como, quando e porquê essa senhora veio morar na província do Piauí os documentos analisados não revelam, porém é inegável o fato de que as portas da Casa de educando se abriram para algumas pessoas de outras localidades e pelo que revela as fontes esse não é um caso isolado na história daquele estabelecimento. A petição⁸³ do senhor Antonio Batista Lopes Cordeiro, solicitando o desligamentos dos menores Marcos e Alexandre que “mandados buscar do Maranhão por um seu parente” é um outro bom exemplo dessa afirmação. Poderíamos citar

⁸¹ APEPI. Petição enviada por Ana Maria de Andrade ao presidente provincial. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

⁸² Com excesso, em demasia. Dicionário da Língua Brasileira. Por Luiz Maria da Silva Pinto. Natural da Província de Goyaz. Ouro Preto. Na Typographia de Silva, 1832.

⁸³ APEPI. Ofício nº 137 de 09/09/1872. Petição enviada por Antonio Baptista Lopes Cordeiro ao presidente provincial. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

vários outros casos semelhantes a estes, mas o tempo e o espaço não nos permitem, analisemos, portanto, só mais um – o da Sr^a. Rita Maria da Veiga Guimarães.

Nº 4 Estabelecimento dos educandos
artífices do Piauí em Teresina, 6 de Julho de 1868.

Admita-se ilustríssimo
Excelentíssimo Senhor

Oficiou-se mandado admitir, em 6 de Julho de 1868.

Cumprindo o despacho de Vossa Excelência exarado na petição que este cobre, tenho a informar a Vossa Excelência que neste estabelecimento pode ser admitido o menor José filho da peticionária Rita Maria da Veiga Guimarães mais no entanto Vossa Excelência definirá como entender em sua sabedoria.

Deus guarde Vossa Excelência

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor José Manoel de Freitas

D. Presidente da Província

O diretor

Pedro Alcântara Peixoto de Miranda Veras⁸⁴

O ofício nº 4 datado de 6 de Julho de 1868 é uma resposta do diretor do estabelecimento ao requerimento do presidente da província o Dr. José Manoel de Freitas a respeito da petição de Dona Rita Maria da Veiga Guimarães, viúva pobre e quase à morte que em 3 de Julho de 1868⁸⁵ solicitou a admissão de seu filho José, no estabelecimento de educandos, apresentando ela a documentação necessária ao ingresso do mesmo. José, menor, oito anos de idade, nasceu a 16 de Abril de 1860, filho da suplicante e do falecido Joaquim Marques Guimarães como atestou o Padre Manoel Antônio de Lima em 2 de Julho de 1868. Seu atestado de sanidade foi assinado pelo Dr. Simplicio de Sousa Mendes.

Outro caso que comprova uma realidade oposta à demonstrada nos exemplos supracitados e extremamente antagonica é o caso do índio Belisario. Analisemos o fato transcrito abaixo:

Nº 63

84 APEPI. Ofício do diretor do estabelecimento ao presidente da província informando que o filho da peticionária Rita Maria da Veiga Guimarães pode ser admitido no estabelecimento. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

85 APEPI. Petição enviada por Ritta Maria da Veiga Guimarães ao presidente provincial. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

Província do Piauí. Palácio da presidência em 28 de Janeiro de 1854.

Em respeito ao seu ofício de hoje tenho a dizer-lhe que mandei admitir no Estabelecimento dos Educandos o índio menor Belisario, de que tratou Vossa Excelência em dito ofício. Deus guarde a Vossa excelência Antonio Francisco Pereira de Carvalho – P. G^{ov}

Chefe de policia interino⁸⁶

O que torna o fato tão intrigante em relação à clientela do colégio de educandos do Piauí é que a admissão de índios em estabelecimentos dessa natureza era mais comum em regiões como as do Amazonas e Maranhão, como declarou Irma Rizini em sua análise sobre a clientela das instituições que pesquisou:

Dentre os estabelecimentos analisados neste capítulo⁸⁷, *somente há comprovação do ingresso de índios nas casas amazonense e maranhense*, cujos governos deliberadamente esboçaram programas de educação e civilização dos *menores* indígenas nas instituições do Estado. Contudo, não se deve descartar a possibilidade da admissão de meninos vindos, por exemplo, de aldeamentos extintos, cujos ex-integrantes passavam a ser considerados oficialmente “nacionais”⁸⁸

No caso da clientela dos estabelecimentos pesquisados por Rizini, o que explica a admissão de crianças indígenas nos estabelecimento do Amazonas e Maranhão eram as relações clientelistas entre o (s) presidente (s) da província e os diretor (es) das instituições, segundo essa autora, favorecimento político e a restrição étnica constituem, fatores de alteração dos regulamentos como podemos conferir na citação abaixo:

Em geral, os regulamentos definiam os critérios sociais e de idade para o ingresso no corpo de educandos das instituições, porém *os fatores raça, grupo étnico e as ingerências políticas que alimentavam as relações clientelísticas eram determinados pela articulação entre a prática institucional e a administração provincial*⁸⁹

Nas fontes a que tive acesso não constatei outro (s) caso (s) semelhante (s) ao do índio Belisario, porém não o considero como um caso isolado em se tratando de pessoas que frequentaram o estabelecimento e não se enquadravam dentro das exigências de admissão do estabelecimento, pois além dos vestígios deixados pelos documentos de uma política clientelista⁹⁰, à medida que surgiam as necessidades ou se manifestava alguma ocorrência

⁸⁶ APEPI. Arquivo Público do Estado do Piauí. Livro de Registro de Ofícios da Presidência. Anos: 1851-1854. SPE. Cód. 757. Estn. 07. Prat. 01.

⁸⁷ Capítulo 3 – selvagens x polidos: ensino profissional no segundo reinado. RIZINI, 2004, P. 158

⁸⁸ RIZINI, 2004, p. 190, grifo nosso

⁸⁹ Ídem, p. 182, grifo nosso

⁹⁰ Política clientelista do estado imperial. Conceito utilizado por Rizini para explicar a restrição ao acesso de determinados grupos sociais aos estabelecimentos que analisou.

extraordinária até o próprio regulamento se adaptava a novas realidades e como s não bastasse, em se tratando de história as possibilidades nunca se esgotam. Se foi produto de algum programa de educação e civilização ou resultado de uma política clientelista existente nas relações estabelecidas em torno da Casa de educandos do Piauí, não o sabemos, mas essa é uma das muitas possibilidade que podemos levantar a respeito do caso, porém, uma coisa é certa, o caso do índio Belisario para além de instigante representa apenas um elemento do conjunto de saberes e práticas que podemos construir acerca dos sujeitos que frequentaram aquela instituição e, considerando a quantidade de documentos ainda não catalogados existente no arquivo público do Piauí que não estavam disponíveis na ocasião em que foram levantados os dados para elaboração desta pesquisa é possível que através de uma análise acurada se possa esclarecer ainda mais o caso em questão, por exemplo, poderíamos começar tentando descobrir o paradeiro do ofício enviado no dia 28 de Janeiro de 1854 pelo presidente da província Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho ao chefe de polícia interino ao senhor Ignacio Carlos Freire de Carvalho⁹¹ mencionado no ofício nº 63 do código de registros de ofícios da presidência. Se a existência desse documento se confirmar provavelmente contenha informações valiosas que ajudem a elucidar um pouco mais as razões pelas quais se deu a admissão do índio Belisario no estabelecimento. O achado desse documento poderia nos remeter a outros e através das relações que poderíamos estabelecer entre eles quem sabe poderíamos descobrir muito mais que o seu nome e etnia! Assim como o ofício nº 63 nos permitir lançar um olhar diferenciado sobre a forma de concebermos a clientela do estabelecimento, certamente a descoberta de outros documentos de mesma natureza ampliaria nossas possibilidades de investigação e nos forneceriam subsídios que corroborariam para maior aproximação da realidade histórica dos sujeitos e da instituição que constituem objeto desse trabalho.

O que pensar então a respeito do caso do educando [Celquerio] Fernando de Noronha, parente e protegido do Sr. Antônio Alves de Noronha, matriculado no estabelecimento de educandos e que segundo informações contidas no ofício nº 86 de 25 de Abril de 1870⁹² deveria ser entregue ao suplicante para que este lhe desse educação superior a que recebia no estabelecimento. Não se trataria aqui de um caso de favorecimento político,

⁹¹ Fala com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão. Typ. do Observador de F. M. de Almeida. Rua do Sol, 38, 1854. Ver mapparecopilatorio dos julgamentos proferidos pelo jury da província do Piauí no anno de 1853

⁹² APEPI. Petição enviada por Antonio Alves de Noronha ao Presidente Provincial. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

uma vez que o Sr. Noronha provavelmente tenha sido contador da administração da fazenda provincial no ano de 1870?⁹³ O que nos garante que não usou de sua influência para matricular em um estabelecimento reservado a crianças pobres e carentes um parente seu a quem tinha condição de sustentar? Certamente a melhor resposta a estes questionamentos seja a análise crítica e minuciosa de todos os documentos que rompendo os vários anos que nos separam nos aproxime mais e mais da realidade desses sujeitos.

Nos parágrafos seguintes busca-se a partir de um diálogo constante com as fontes, traçar um perfil do (s) cliente (s) encaminhado (s) e admitido (s) no Colégio de Educandos Artífices do Piauí analisando alguns casos de aprendizes que frequentaram o estabelecimento durante o período em que esteve em atividade, tarefa por demais estafante. Devido a questões de ordem cronológica e espacial foram selecionados alguns casos específicos para serem analisados e que servissem ao cumprimento da proposta desse trabalho – analisar a função da Casa de educandos do Piauí como instrumento de controle social utilizado pelo governo da província e identificar de onde vinham os sujeitos que frequentaram aquele estabelecimento de ensino, de quem eram filhos, qual a sua condição social e para onde iam após completarem o tempo de aprendizagem. Eis algumas questões abordadas nesta seção cuja proposta é esclarecer com o auxílio das fontes.

3.2 Um instrumento de controle social

Como já foi dito, conforme o regulamento da Casa, frequentar o Estabelecimento dos Educandos Artífices do Piauí era para ser um privilégio de uma classe específica de pessoas que compunha a sociedade piauiense do século XIX – meninos pobres que estivessem dentro da faixa etária de 8 a 14 anos de idade e gozassem de boa saúde. A intenção era resocializar essas crianças desfavorecidas, tendentes ao crime e reintegrá-las de forma saudável – assim julgavam as autoridades civis da época – ao convívio social por meio de uma educação “avantajada”, ou seja, adiantada, de melhor condição, progressiva.

Considerando a mentalidade das autoridades governamentais da província do Piauí oitocentista, a educação e o trabalho constituíam os meios mais apropriados para prevenir, recuperar e promover a integração dessas crianças ao convívio social. O

⁹³ Relatório com o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão. Typographia de José Mathias, Rua Grande, nº 21, 1869. Ver relatório do inspetor da administração da fazenda provincial, Odorico Brazilino D’Albuquerque Roza, p. 2.

despertamento do sentimento religioso também era considerado, daí a implantação de uma disciplina religiosa dentro das práticas educacionais do estabelecimento, porém não é nosso objetivo principal tratar desse assunto, não pelo menos nesse primeiro momento da pesquisa.

No relatório de 03 de Abril de 1869, por exemplo, ao passar a administração para o Dr. Simplicio de Sousa Mendes é possível notar o reconhecimento do Presidente Augusto Olimpio Gomes de Castro da importância dos fatores educação, trabalho e religião para a tranquilidade pública e segurança individual na província. Segundo este presidente os delinquentes pertenciam

Á classe mais baixa da sociedade, completamente privada de instrução. Em animos incultos são as paixões ardentes e fogosas, a noção do dever quase obliterada pelos preconceitos de uma educação desleixada e má. *A criação de escolas, providas de professores zelosos e inteligentes, e o ensino religioso confiado a parochos instruídos e moralizados, são no meu conceito os meios mais eficazes para diminuir o numero dos crimes*, maxime em um paiz como o nosso em que o deserto inutilisa os esforços da policia na prevenção dos delitos, e embaraça a acção da justiça na repressão d' eles.⁹⁴

Além dos investimentos feitos em educação escolar e religiosa ele demonstrou-se favorável à medida que criou no dia 25 de agosto de 1865, através da resolução provincial nº 584, a existência de oficinas dentro da cadeia pública pelas quais eram os condenados submetidos à disciplina do trabalho, pois acreditava que se corretamente aplicada essa medida traria grandes vantagens à província, pois que “[...] os presos encontrarão no trabalho, que moralisa e consola, meios de subsistencia mais abundantes sem gravame para os cofres públicos”.⁹⁵

Como fica evidente nas informações contidas nas fontes, o Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí para além do seu objetivo principal mencionado acima, funcionava também como instrumento de controle do governo que contribuiu em seus dias para a preservação e manutenção da ordem social, assim como convinha às instituições educacionais que serviam aos propósitos do governo da província. A escola em si, suas normas de funcionamento, seu regimento interno, seu corpo administrativo e docente, o corpo de educandos, enfim, tudo que dizia respeito à “Casa de educandos” enquanto instituição pública era determinado pelo governo provincial, daí a possibilidade de pensá-la como instrumento de controle social, uma vez que as práticas educacionais vivenciadas dentro do

⁹⁴ Relatório com o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes Castro passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão. Typographia de José Mathias, Rua Grande, nº 21, 1869, p. 10.

⁹⁵idem, p. 12

estabelecimento como uma instituição formadora de opinião, visava também promover a integração entre o poder público e a sociedade no sentido de dá conta das providências necessárias ao melhoramento da província e, nada mais elementar do que estruturar o ensino público priorizando a criação de estabelecimentos como a Casa de educandos. Através de instituições como esta

A província recebe creanças desvalidas, e ignorantes, e no fim de 8 annos restitue-as á sociedade com principios de educação, e de officio, que as habilitam á viver honestamente; ainda mais cada educando assim instruido voltado ao gremio dos seos, pode ahí derramar alguns conhecimentos dos que recebeo, e estimular outros para desejarem a instrucção, e dedicarem-se ao trabalho – essa necessidade vital da grande massa de nossa população, que por indolencia, e ignorancia conserva-se em estado pouco arredado do selvagem e nomade.

Estabelecimento, como esse, para produzir beneficos resultados, precisa sobretudo de Diretor zelozo, dedicado, e sempre presente para a boa administração interna, e para que se plantem no espirito dos discipulos os principios de religião e moral, sem os guaes toda educação é nenhuma.⁹⁶

Analisando a fala que o presidente da província do Piauí Dr. José Fernandes Moreira apresentou à Assembléia Legislativa provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de novembro de 1862, percebemos que a intenção do Estado ao admitir crianças no estabelecimento de educandos artífices era doutrina-las através de princípios de educação e trabalho para ao fim do tempo de aprendizagem devolvê-las à sociedade aonde espalhariam o conhecimento adquirido despertando em seus pares os mesmos sentimentos de civilidade e progresso repassados a eles. Dessa forma, entendiam as autoridades locais ser possível manter sobre controle a sociedade, pois a boa educação de um povo equivale ao meio mais eficaz para se prevenir a violência, o crime e a desordem social como já foi abordado no capítulo anterior ao analisarmos o pensamento das autoridades locais sobre a educação como um instrumento eficaz de regeneração do homem e da sociedade. O núcleo central de desenvolvimento dessas ações era a família, o lugar mais apropriado para reprodução dos ideais de civilidade e progresso, afinal, não é pela boa quantidade de lares que uma nação consegue formar que se pode medir a sua grandeza e estabilidade? Embora haja situações em que os interesses do Estado não representam os interesses da sociedade.

Toda a dinâmica do estabelecimento era mediada através de jornais e periódicos da época onde eram publicados e discutidos os planos e resultados das ações governamentais

⁹⁶ Relatório com que o Exm. Presidente da província do Piauí Dr. José Fernandes Moreira apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de Novembro de 1862. Therezina. Typographia Constitucional, Rua Grande, 1862, p. 10, grifo nosso

voltadas também para a área da educação. A imprensa, como ainda o é atualmente, constituía-se campo de discussões políticas onde se abordava os mais variados temas de interesse público e social, especialmente durante a segunda metade do século XIX. Através da imprensa publicavam-se dezenas, centenas ou quem sabe se poderia dizer milhares de notícias relativas ao funcionamento e as práticas educacionais da Casa de Educandos no Piauí, daí a importância desse instrumento de comunicação para o estudo e compreensão do objeto dessa pesquisa. Como refere Ana Regina Rêgo:

A imprensa das décadas de 1840 e 1850 participava da vida pública do Império, dialogando e informando diretamente ao público e às instituições legitimadas, cumprindo o papel de *mediadora social*. As publicações ganham forma e corpo divergentes dos padrões anteriores, preocupando-se não apenas em explicitar opiniões, mas em informar e atualizar os indivíduos.⁹⁷

Neste momento da evolução jornalística no Império, afirma Rêgo, os jornais tornam-se campos férteis para debates a respeito de assuntos que interessam a toda a sociedade e com citação de Lavina Ribeiro⁹⁸ transcrita abaixo, embasa sua assertiva da seguinte forma:

“[...] a imprensa ocupou um lugar privilegiado em meio a este processo particular de emergência de uma discursividade pública sobre assuntos comuns a toda a sociedade, apesar desta, em sua quase totalidade, ser formada por escravos e mestiços iletrados sem condições concretas de acesso a essa discursividade. *A imprensa do período imperial dialogava com aquelas instituições, grupos e indivíduos envolvidos no processo de consolidação da estrutura política, econômica e sociais do país. Pode-se afirmar que ela, de certo modo, pertencia ao conjunto de instituições básicas desta estrutura.* Muitos dos seus redatores e, por vezes, diretores e proprietários, advinham das camadas mais esclarecidas da sociedade, com passagens pela administração pública e pelo parlamento, alguns com títulos honoríficos aristocráticos e muitos, por isso, portadores de prestígio e reconhecimento público. Estes indivíduos formavam a esfera do debate público e, neste sentido, os parâmetros e procedimentos formais de conformação desta”.⁹⁹

No caso do Estabelecimento de educandos artífices do Piauí, na condição de mediadora social, cabia a imprensa o papel de publicar praticamente tudo: ofícios, portarias, despachos, deferimentos e indeferimentos de petições, regulamentos, etc., através do discurso jornalístico produzia-se uma certa interação entre os sujeitos envolvidos no processo das práticas administrativas e educacionais referentes à Casa dos educandos, a saber o corpo

⁹⁷ REGO, 2001, p. 46

⁹⁸ RIBEIRO, 1996, p. 95 apud. REGO, 2001, p. 46

⁹⁹ Idem, p. 47, grifo nosso

administrativo da província, o funcionalismo público e a sociedade como um todo. Nos quadros abaixo foram traduzidas e relacionadas algumas notícias extraídas dos jornais *A Imprensa* e *O Piauí* que endossam essa argumentação. A preferência por estes periódicos se justifica por pelo menos por três razões básicas: primeiro pela grande quantidade de informações contidas nesses periódicos com referências ao objeto de estudo em questão; segundo, o fato de que a imprensa funcionava como instrumento de veiculação e materialização de práticas de poder, ações políticas, opiniões e ideologias; e o terceiro, pela rivalidade ideológica que existiu entre os jornais citados, o que nos possibilitaria melhor análise e compreensão das circunstâncias. O jornal a imprensa, periódico de grande circulação na província, contém uma quantidade significativa de referências ao estabelecimento, porém uma exposição mais ampla da questão requer mais tempo para uma análise minuciosa, quem sabe num segundo momento desta pesquisa possamos a isso nos ater.

Jornal A Imprensa (1868)

Ano	Edição	Data do expediente	Data da publicação	Natureza da notícia
1868	147, p. 1	22/11/1867	16/05/1868	Novo regulamento para a Casa e novo regimento para as oficinas produzindo melhoramentos na gerência da educação “[...] desses desvalidos filhos da provincia [...]”
1868	167, p. 4	-	03/10/1868	Noticiário: Curioso – Um assinante curioso e suas perguntas capciosas sobre o estabelecimento.
1868	171, p. 4	-	31/10/1868	Publicação a pedido: Crítica ao diretor do estabelecimento por manter em sua casa e aos seus serviços o educando Innocencio José de Farias.

Jornal O Piauíhy (1869)

Ano	Edição	Data do expediente	Data da publicação	Natureza da notícia
1869	58, p. 2, 3	03/06/1868	16/01/1869	<p>Ofício ao diretor do estabelecimento autorizando baixa na matrícula do educando João dos Santos e Silva por haver completado o tempo de aprendizagem.</p> <p>3 – Proposta de abertura de créditos suplementares com base no artigo 19 da resolução provincial nº 608 de 14/10/1867 para cobrir entre outras despesas, as gratificações a ex-educandos.</p>
1869	103, p. 1, 2	13 /08/1869	28/09/1869	13/08 – Publicação do jornal A Imprensa rebatendo os ataques “injustos” ao diretor dos educandos artífices e ao andamento da festa de Nossa Senhora do Carmo.
1869	104, p. 1	16/10/1868	05/10/1869	16 – Ofício ao diretor do estabelecimento autorizando guia de saída ao educando José Antonio Marques Guimaraes conforme solicitou sua mãe Maria Vicencia de Jesus Palmeira.
1869	113, p. 4	26/12/1868	11/12/1869	O desprezo ao jornal A Imprensa pelos insultos e injurias

3.3 “Órfãos desvalidos” e “operários morigerados e laboriosos”¹⁰⁰.”

"Estabelecimento humanitário, aonde a infancia desvalida encontra abrigo, protecção, ocupação honesta e um futuro [...]"¹⁰¹

Antes de pensarmos a situação desses órfãos desvalidos que tiveram acesso aos serviços prestados pelo estabelecimento de educandos do Piauí, muitos dos quais futuramente transformaram-se em operários “morigerados e laboriosos”¹⁰² reavendo a análise dos desdobramentos do Estabelecimento de Educandos Artífices na província do Piauí, passemos a um rápido panorama do movimento da Casa com ênfase nos principais acontecimento que marcaram a época de ouro da referida instituição – a década de 1860 – e a sua extinção em 1873.

Criado pela Lei provincial nº 220 de 24 de Setembro de 1847 e inaugurado em 1º de Dezembro de 1849, em 1 de Julho de 1850, sete meses após sua fundação, o estabelecimento já havia elevado o número de educandos de 15 para 25 e o interesse da classe pobre da população em assegurar aos seus filhos “meios da subsistencia”¹⁰³ para o futuro, fez com que mais pessoas afluíssem àquela instituição de ensino na esperança de matricula-los. Após transferência da capital da província de Oeiras para Teresina em 1º de Agosto de 1852, apesar dos problemas estruturais que permaneciam – instalações precárias, falta de uma sede própria, condições sanitárias inapropriadas, etc. – os planos de investimentos e melhoria do estabelecimento não cessam por que

Este instituto, que tantas vantagens promette, vae continuando a manter as esperanças, que nelle se deposita, *não so como um Estabelecimento humanitario, aonde a infancia desvalida encontra abrigo, protecção,*

¹⁰⁰Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 14.

¹⁰¹ Fala com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão: Typ. do observador de F. M. de Almeida. Rua do Sol nº 38. 1854. p. 12

¹⁰² De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto. Natural da Provincia de Goyaz, Ouro Preto. Na Typographia de Silva, 1832: Morigerado igual a “o que tem bons ou maus costumes” e Laborioso significa “amigo do trabalho”, ou seja, um trabalhador moralmente correto e amigo do trabalho.

¹⁰³ Relatório que á Assembleia Legislativa da Provincia do Piauhy apresentou, na sessão ordinaria de 1850, o Ex.º Sr. Presidente da Provincia Ignacio Francisco Silveira da Mota de 1 de Julho de 1850. Oeiras do Piauhy. Na Typ. Saquarema, 1850. p.17.

*ocupação honesta e um futuro, como por ser o viveiro donde devem sahir os artistas, de que precisa a provincia.*¹⁰⁴

De acordo com a fala do presidente Antonio Francisco Pereira de Carvalho as vantagens oferecidas à população carente – abrigo, proteção, trabalho – pelo estabelecimento de educandos explica o aumento da procura por vagas, pois constituíam ações comunitárias que visavam para além da assistência à população de baixa renda, ou de renda nenhuma, a valorização da cidadania, embora saibamos que por trás dessas supostas medidas cautelares estava o interesse do Estado em manter sob controle a sua população. Cabia a esse viveiro de artistas, ou seja, a essa fábrica de artesãos, a defesa do o interesse do Estado na manutenção da ordem social e no desenvolvimento e progresso da provincia.

Mesmo diante das providências de melhoramentos que pedia a instrução pública do Piauí, no ano de 1859 podemos vislumbrar elementos que reforçam a visão das autoridades locais sobre a utilidade e a credibilidade do estabelecimento para o alcance dos planos e metas elaborados pelo governo para a provincia: alfabetização, profissionalização e recuperação dos menores infratores que “tornavao-se verdadeiros fardos à sociedade”.¹⁰⁵

Conforme o Relatório do Presidente da provincia Diogo Velho Cavalcanti D’Albuquerque de 16/05/1860, p. 7, 1860 representou um ano dificuldades para o estabelecimento por se encontrar a provincia do Piauí mergulhada em uma grande crise econômica. Considero a maior dessas dificuldades, a exoneração do ex-diretor Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho por crime de prevaricação que afetou diretamente o andamento dos negócios do estabelecimento. Inclusive esse não é o único caso de exoneração de diretores que identifiquei. Pelas fontes analisadas há registro de pelo menos mais dois casos semelhantes de improbidade administrativa relacionada às práticas educacionais dentro daquela instituição de ensino: um em 1864 quando o Reverendo Thomaz de Moraes Rego renuncia sendo posto em seu lugar o capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida. Sua demissão, segundo a fala¹⁰⁶ do presidente Franklin Américo de Menezes Doria, se deu pela falta de moralidade que se esperava de um funcionário que ocupava tão importante cargo.

¹⁰⁴ Fala com que o Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia do Piauhy Dr. Antonio Francisco Preira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão. Typ. do Observador de F. M. de Almeida, Rua do Sol, nº 38, 1854. p. 12, grifo nosso

¹⁰⁵ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Presidente no Piauhy Dr. Antonio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-presidente o comendador Ernesto Josè Baptista no dia 27 de Junho de 1859. Therezina. Typ. Constitucional de J. da S. Leite, Rua Grande, nº. p. 9.

¹⁰⁶ Relatório com que o 2º vice-presidente da Provincia , Dr. Antonio de Sampaio de Almendra, passou a administração da mesma ao Exm. Presiente Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de Maio de 1864, p. 11.

Sobre esse assunto declara Castro¹⁰⁷ que podemos: “inferir que se tratava de relações homoeróticas do padre com os educandos. Essa relação parece ter sido uma prática comum nas Casas de Educandos Artífices, como verificamos na documentação sobre a instituição do Maranhão e do Pará”. Outro caso registrado é o do ex-diretor Joaquim Clementino de Souza Martins que “[...] se recusa a effectuar a entrega do estabelecimento, e assim tambem a recolher ao Thesouro Provincial a receita das officinas correspondentes a muitos mezes vencidos, conforme era obrigado pelo Regulamento [...]”.¹⁰⁸ Como podemos perceber, essa prática antiga ainda encontra reflexo nos dias de hoje, basta observarmos os crimes praticados contra a administração pública e que implicam conforme a Lei nº 8.429/92 em “dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos”.

Apesar de um início difícil que representou “uma epocha de verdadeira crise”¹⁰⁹ financeira para a província do Piauí que afetou de forma significativa o andamento, os trabalhos, a rotina dos educandos do estabelecimento e cujos efeitos se traduziram em extinção das oficinas de ferreiro, marceneiro e alfaiate que não estavam dando lucro, redução no número de alunos a 40 apenas, emprego de educandos em obras públicas, admissão de agregados órfãos que realmente merecessem a caridade pública – e aqui abro um parêntese para fazer um comentário a respeito dessa parte da fala¹¹⁰ do presidente Manoel Antonio Duarte de Asevedo, que embora não enfatize a questão, deixa transparecer nas entrelinhas do documento a possibilidade de admissão no estabelecimento de dependentes que não correspondiam às exigências do regulamento da Casa que previa que o sujeito apto para admissão deveria atestar que vivia em situação de extrema pobreza, que de fato pertencia a classe de “meninos filhos de pais desvalidos”.¹¹¹ Aparentemente havia à época casos semelhante ao do educando [Celquerio] Fernando de Noronha, parente e protegido de Antonio Alves de Noronha citado no início desse capítulo que sugere a possibilidade de existência no estabelecimento de ocorrência de favorecimento político – sugestão de melhoria no

¹⁰⁷CASTRO, 2006, p. 7.

¹⁰⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-presidente no dia 1º de Fevereiro de 1873. p. 4.

¹⁰⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de Setembro de 1867 pelo Presidente da Provincia, o Exm Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, Rua Paz, 7. 1867. p. 67.

¹¹⁰ Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauhy, Dr. Manoel Antonio Duarte de Asevedo passou a administração ao Exm. Vice-presidente, Dr. Joze Marianno Lustoza do Amaral no dia 15 de Abril de 1861. Therezina – Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Vidovianno Marques. p. 10.

¹¹¹Rizini, 2004, p. 183. Sobre a clientela que o estabelecimento de educandos do Piauí tinha por finalidade atender.

regulamento interno e exclusão de menores de 10 anos. Em 1861¹¹², solicitou-se à Assemblêa Legislativa Provincial autorização para efetivar-se “reformas serias” no estabelecimento baseadas no sistema da instituição que lhe serviu de modelo para fundação existente na província do Maranhão, bem como, a reativação das oficinas que foram anteriormente desativas e a solicitação de leis e regulamento.

Em 1862 são autorizadas melhorias e reformas no estabelecimento: oficinas, quarto, cozinha, latrina, etc., e a elaboração de um novo regulamento. As obras são quase todas concluídas naquele ano. São preenchidas todas as vagas disponíveis pelo regulamento cujo número era de 50 educandos¹¹³.

Segundo a fala do presidente Fernandes Moreira, em 1863 também podemos constatar aumento significativo dos rendimentos das oficinas, o rendimento líquido praticamente dobrou em seis meses¹¹⁴. Neste mesmo ano, Pedro Leão Vellozo, na ocasião em que passou a administração da província para o Dr. Antonio de Sampaio Almendra em 04 de Dezembro de 1863, revela ter autorizado mais melhorias no estabelecimento por acreditar que tais investimentos trariam no futuro retorno à província. O crédito do estabelecimento era tamanho que esse presidente “authorisado”¹¹⁵ pela resolução provincial nº 513, eleva o número de educandos a 60.

Em 1864 o estabelecimento continua correspondendo ao propósito para o qual foi criado que era “fornecer aos meninos pobre e desvalidos de toda a Provincia a instrucção das primeiras letras e o ensino de um officio mecânico”.¹¹⁶ A proposta de aumento dos aposentos da Casa e da criação urgente de uma enfermaria, o reconhecimento da necessidade de um capelão conforme determinava regulamento e o continuo aumento das receitas das oficinas apesar do seu precário estado material constituem evidência de que a tendência do movimento do estabelecimento era melhorar. E, de fato, em 1865 mais melhorias foram efetuadas na Casa

¹¹²Relatório com que o Ex.Sr. Presidente da Província do Piauhy Dr. Antonio de Britto Souza GayozoAbrio a Assemblêa Legislativa Provincial. No dia 13 de Julho de 1861. Terzinha. Typografia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1861, p. 10.

¹¹³Relatorio que o Exm. Presidente da Provincia do Piauhy Dr. José Fernandes Moreira, apresentou á Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de Novembro de 1862. Therezina. Typographia Constitucional, Rua Grande. p. 10.

¹¹⁴Piaui (Provincia) Presidente (Fernandes Moreira) Relatorio ...1 Jul. 1863. Inclui anexos. Publicado como anexo do relatório d 4 Dez. 1863. p. 12)

¹¹⁵Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. 2º Vice-presidente do Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de Dezembro de 1863. Therezina. Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques. 1864. p. 6, 7.

¹¹⁶Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 1º de Julho de 1864 pelo presidente da província Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos – Rua da Paz, 7, 1864. p. 20.

de educandos, desta vez na capela e na calçada em frente ao estabelecimento que finalmente foi concluída. Tanto a produção quanto o rendimento das oficinas aumentaram nesse ano em comparação com o ano anterior. E várias outras melhorias foram realizadas pelos negociantes *Morada e Irmão* contratados pelo Governo da província.¹¹⁷

Em 1866 eleva-se ainda mais o número de educandos – de 60 para 65 – e o objetivo é chegar a 100. Cria-se as oficinas de ourives e funilaria. Dois educandos são autorizados a aprender fora do estabelecimento a arte de tipografia e um que estava agregado ao estabelecimento do Maranhão aprendendo o ofício de funileiro retorna à Casa, provavelmente para aplicação dos conhecimentos que adquiriu. Neste ano se realiza, pela primeira vez, exames relativos às matérias das aulas e de algumas oficinas e sob a direção do Sr. Raimundo Sisínio de Lima e Almeida é visível o progresso do estabelecimento. Prepararam-se 3 compartimentos no edifício para as oficinas de ferreiro, ourives e funileiro¹¹⁸. Dr. José Manoel de Freitas que foi vice-presidente da província do Piauí e entregou sua administração ao Dr. Adelino Antonio de Luna Freire em 5 de Outubro de 1866 informa sobre um repasse no valor de 4.000\$000 ao diretor do estabelecimento para o início da construção de um poço.

Em 1867 mais obras são realizadas¹¹⁹ para melhoria do estabelecimento e parte delas são concluídas¹²⁰. Abaixo um resumo do panorama do movimento do estabelecimento encontrado no relatório de província do dito ano que explica estatisticamente por que a década de 1860 foi um período diferenciado na história desta instituição. A meu ver, as fontes revelam que este período foi o de maior desenvolvimento e progresso na história do estabelecimento de educandos artífices do Piauí. Considero-o a época de ouro do estabelecimento por que representa um período de grandes realizações. Observe o resumo abaixo, note a progressão no número de alunos, bem como, o aumento na receita do estabelecimento e tire suas próprias conclusões:

¹¹⁷Relatório apresentada á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 12 de Julho de 1865 pelo Presidente da província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 3. 1865, p. 27, 28, 44.

¹¹⁸Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de Julho de 1866 pelo Presidente da província Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. 1866. p. 18 e 34.

¹¹⁹Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 09 de Setembro de 1867, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. San’Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1867. p. 65.

¹²⁰Piauí (Província) Presidente (Luna Freire) Relatório ...5 de Nov. 1867. Inclui anexos. Publicado como anexo do officio 9 de Nov. 1867. p. 10

Movimento do Collegio de Educandos (1849-1867)¹²¹.

Observe que no movimento de 1849 a 1867 o estabelecimento apresentou um aumento significativo no número de alunos. Note que até o ano de 1853 não ocorreu nenhuma baixa no número de alunos, muito pelo contrário, o número de educandos excedeu de 18 em 1849 para 47 em 1853, considerando também que nesse mesmo ano houve a primeira baixa no número de alunos do estabelecimento. Tomando-se por parâmetro a lógica matemática, percebemos que nos anos de 1854 e 1855 há uma discrepância no número de educandos admitidos e excluídos do estabelecimento que não dá para ignorar, porém não foi possível identificar nesse primeiro momento da pesquisa o porquê dessa diferença. Independentemente de tratar-se de erro de escrituração ou de alguma outra razão qualquer, o fato é que, segundo a tabela transcrita abaixo, nota-se que o número de alunos em 1854 que deveria ser de 46 educandos – 47 que permaneceram do ano anterior mais 5 admitidos no ano em questão, menos 6 excluídos – consta na tabela como 66 e, concomitantemente, não há nenhum registro do movimento do estabelecimento no ano de 1855. Essa desigualdade numérica na tabela analisada agrava, a meu ver, a situação do registro de entrada e saída de alunos, pois altera significativamente o número de educandos dos anos posteriores a 1854 provocando um acréscimo nesse número de três alunos. Isso nos leva a contestar a plausibilidade da informação contida na fonte sobre o número de 68 educandos existentes no estabelecimento em 1867, uma vez que, de acordo com esse raciocínio lógico, há uma elevação desse conceito matemático que representa a quantidade de pessoas que compunha o corpo de educando de 65 para 68 aprendizes.

Ano	Entrada	Saída	Permanência
1849	18	0	18
1850	12	0	30
1851	10	0	40
1852	2	0	42

¹²¹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 9 de Setembro de 1867, pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, san'Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1867. P. 65-67.

1853	6	1	47
1854	5	6	66
1856	0	2	47
1857	9	19	37
1858	29	16	50
1859	16	8	58
1860	12	20	50
1861	9	16	43
1862	10	1	52
1863	17	9	60
1864	2	6	56
1865	8	6	58
1866	18	11	65
1867	4	1	68

Frequência a Escola de primeiras letras e às oficinas:

O registro exposto na tabela abaixo não deixa dúvidas que o estabelecimento de educandos possuía, de fato, um caráter de escola de ensino profissionalizante. Note que o número de alunos que frequentavam as oficinas é superior, na maioria dos casos, aos que frequentavam a escola de primeiras letras. Dos 68 educandos matriculados no estabelecimento no ano de 1867 (informação que contesto acima), apenas oito frequentavam a escola de primeiras letras, isso representa algo em torno de 11, 7% de todo o corpo discente.

Escola de primeiras letras	8
Aula de música	30
Oficina de alfaiate	21
Oficina de sapateiro	12
Oficina de marceneiro	9
Oficina de ferreiro	5
Oficina de tanoeiro	8
Oficina de ourives	4
Oficina de funileiro	7
Aprendizes tipógrafos	2

Rendimento das oficinas na década de 60:

É perceptível também o considerável aumento no rendimento das oficinas. Se compararmos as tabelas abaixo, constataremos que um balanço do movimento financeiro da empresa relativo aos anos em questão demonstrará que as despesas foram menores que as receitas, o que deixou um saldo positivo na contabilidade do estabelecimento.

1860-1861	7.563\$122
1861-1862	3.287\$240
1862-1863	7.744\$649
1863-1864	9.039\$672
1864-1865	11.293\$696

1865-1866	10.567\$958
------------------	-------------

Despesas das oficinas na década de 1860:

1860-1861	7.354\$977
1861-1862	3.157\$658
1862-1863	6.170\$606
1863-1864	8.052\$312
1864-1865	8.590\$325
1865-1866	8.154\$903

Saldo das oficinas na década de 1860:

1850	\$
1860-1861	211\$145
1861-1862	129\$582
1862-1863	1.575\$043
1863-1864	987\$360
1864-1865	2.703\$371
1865-1866	3.413\$055

Uma comparação entre os relatórios financeiros dos anos de 1867 e 1868¹²² revela um déficit na receita do estabelecimento que provavelmente se explique pelos vários investimentos feitos na tentativa de efetuar as melhorias necessárias àquela instituição. O que, a meu ver, não chegou a ser um problema tão sério para a administração pública uma vez que todos os investimentos feitos no estabelecimento, fossem eles de ordem material ou pessoal, seriam ressarcidos¹²³ pelo produto dos trabalhos realizados na prática pelos educandos, durante e após o termino de seus estudos. Prejuízo maior aos cofres públicos causaram aqueles que pela má administração do estabelecimento não souberam aplicar e fazer uso dos recursos financeiros e demais bens públicos a eles confiados como nos casos de improbidade administrativa mencionados acima.

Apesar do Sr. Polidoro Cezar Burlamaque pontuar no seu relatório que o aproveitamento de estudos dos educandos estava abaixo do custo de sua educação, ele não nega a existência de muitos benefícios realizados na Casa, tais como, o provimento pessoal e material de todas as oficinas que foram também dotadas de espaços apropriados assim como os dormitórios e a enfermaria. Benefícios que melhoram significativamente as condições sanitárias do estabelecimento. No caso da enfermaria, por exemplo, os educandos que antes se tratavam de suas enfermidades no “hospital da misericórdia” em meio a “doentes de todas as condições” e sujeitos a todo tipo de contaminação, passaram a ser assistidos no próprio estabelecimento. Muitas outras providências se faziam necessárias, mas os cofres públicos naquele momento não podiam custeá-las, é o caso da construção de um muro que desse mais privacidade e segurança à Casa de educandos, de uma despensa e um armazém, mas de todas, nenhuma era mais urgente do que a mudança do regulamento do estabelecimento por outro “mais apropriado, e melhor elaborado”¹²⁴. O regulamento nº 69 de 27 de Abril de 1868 deveria suprir as deficiências do antigo, a saber, o de nº 51 de 25 de Abril de 1864.

Neste mesmo ano o relatório¹²⁵ comprova a existência de créditos suplementares na fazenda provincial para a edificação de cômodos e reedificação em parte do

¹²²Relatorio com que o Exm. Snr. Dr. Polidor Cezar Burlamaque, Prsidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo vice-presidente. Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 71868. P. 15

¹²³Relatorio com que dirigio o Exm.º Presidente da Provincia do Piauhy Zacarias de Goes e Vasconcelos à Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de Julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial. p. 28

¹²⁴Relatorio com que o Exm. Snr. Dr. Polidor Cezar Burlamaque, Prsidente da Provincia do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo vice-presidente. Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 71868. P. 16.

¹²⁵Idem, p. 25, 33

estabelecimento, bem como, o arremate da obra complementar do estabelecimento pelo Sr. Eugenio Marques de Hollanda.

No ano de 1869, além do que já foi mencionado ao principiarmos a proposta desse esboço sobre o panorama do movimento da Casa de educandos, mais obras foram contratadas para o colégio na intenção de melhorar suas acomodações, dessa feita, com o coronel João Rego de Monteiro¹²⁶. Quase 7 meses após a celebração desse contrato ele foi alterado pelo vice-presidente da província o coronel Theotônio de Souza Mendes¹²⁷ para a construção de uma meia água no estabelecimento. Dois meses antes dessa ocorrência, em 3 Setembro daquele ano, o reverendo João Tabosa da Silva Braga é nomeado para o cargo de capelão do estabelecimento. No mês de outubro, a enfermaria já estava devidamente montada e funcionando¹²⁸.

Todo o investimento em aparatos técnicos e materiais realizados naquela escola de ensino profissionalizante materializavam o desejo do governo de que pelo controle da educação dos filhos da província fosse possível o disciplinamento de uma sociedade que capaz de entender e reproduzir os novos ideais de progresso e civilização. Por isso ao final da década de 1860, diante de tantas mudanças e transformações só uma coisa permanecia como desde o princípio da fundação da Casa de educandos que reflete muito bem o pensamento acerca dos fins e utilidade do estabelecimento no conceito das autoridades locais: “Arrancar á miseria e á perdição orphãos desvalidos, educal-os e convertel-os em operarios morigerados e laboriosos”. Uma obra verdadeiramente “meritoria” e digna da illustração da provincia”¹²⁹

Nos dois primeiros anos da década de 1870 a Casa de educandos do Piauí, a despeito das dificuldades de gerenciamento, ainda mantém certa regularidade com respeito ao seu movimento: o número de alunos permanece estável, as oficinas reorganizadas e ativas e mantendo-se no posto de único estabelecimento da província a ofertar instrução industrial.¹³⁰

¹²⁶Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 18.

¹²⁷Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy, no dia 1º de Novembro de 1869 pelo vice-presidente da Provincia o Exm. Senr. Coronel Thetonio de Souza Mendes. San’Luiz do Maranhão. Typ. B. de Mattos, Rua da Paz, 6 e 7. Imp. Por M. F. Pires, 1870. p. 11, 13

¹²⁸Ídem. Ver relatório do diretor da Casa de educandos nº 92 de 26/10/1869, p. 4.

¹²⁹Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração d’esta Provincia ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de Jose Mathias, Rua Grande nº 21. p. 14.

¹³⁰ Relatório com que o Excelentissimo Senhor Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Provincia do Piauí ao Excelentissimo Senhor 1º Vice-presidente Dr. Manoel José Espinola Junior, no dia 7 de

Continuava na concepção de algumas autoridades locais a proporcionar educação aos membros mais desvalidos da sociedade e a prestar-lhe serviços relevantes¹³¹, porém, “A partir de 1872, começam a aparecer as críticas mais incisivas dos presidentes da província quanto aos objetivos da Casa e sua consecução, especialmente a relação custo e benefício”¹³². Desse momento em diante a situação se agrava até que em 1873 o presidente da província, Dr. Gervásio Cicero de Albuquerque Melo através de sucessivas críticas ao estabelecimento sugere o seu fechamento por achar que os altos investimentos feitos com a educação dos pobres desvalidos teria melhor aproveitamento se revertidos “para a sustentação de mais duas cadeiras de ensino primario nesta capital, gratificação a inspectores das escolas do interior da província, e augmento de mais algumas destas, realizando-se assim, com igualdade, a promessa da Constituição do Imperio”¹³³. Então, pela resolução provincial de 04 de agosto de 1873 foi extinto o Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí para dar lugar a outro de mesma natureza e objetivos, a saber, o Internato Artístico, “de conformidade com o disposto na resolução n. 824 do mesmo anno”¹³⁴.

Outra questão importante relacionada às razões dos desligamentos dos educandos da Casa e ao destino que muitos tomavam após a sua saída daquela instituição de ensino era a prática da meritocracia. De acordo com as fontes analisadas, entre as práticas educacionais do estabelecimento, existiu um sistema meritório o qual serviu de incentivo e reconhecimento do empenho e aprendizado dos educandos. Aqueles que se destacavam no cumprimento de suas atribuições, ou seja, os mais trabalhadores, os que mais se dedicavam às atividades físicas, manufactureiras e intelectuais eram recompensados com promoções previstas no regulamento do, enquanto que para os indisciplinados e incorrigíveis estavam previstas punições que variavam da “repreensão”¹³⁵ em público à expulsão do estabelecimento e “recrutamento” no serviço militar. Confira no texto transcrito abaixo:

Ha educandos tão mal procedidos, para quem o rigoroso emprego das penas do Regulamento, não seriam bastante para moralizar o Estabelecimento, á

Maior de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. Por M. F. Pires, 1870. Ver relatório do Director Geral da Administração Pública e Mappas Anexos, p. 14.

¹³¹ Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Provincia do Piauí no acto de sua instalação no dia 1º de Julho de 1871, pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San’ Luiz do Maranhão. Typ. – B. de Mattos – Imp. Por J. L. C, Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871. p. 45.

¹³² CASTRO, 2007, P. 94.

¹³³ Relatório apresentado á Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 18 de Julho de 1873 pelo Presidente da Provincia Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Melo, Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873. p. 24.

¹³⁴ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Melo passou a admissão da Provincia do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenna Lins, no dia de 27 de Abril de 1874. P. 41

¹³⁵ CARVALHO, 2013, p. 143. Sobre as formas de penalidade dos educandos.

conservarem-se n'este aquelles, e só uma forma seria capaz de produzir um bem real n'este sentido. Ao passo que isto succede, não devo occultar o merito de muitos outros Educandos, que, alem do comportamento apresentam-se tão adiantados, que seria de suma necessidade, para um incentivo entre elles, a graduação do contra-mestre das officnas, e Ajudante da secretaria, tirados dos Educandos, e com a gratificação marcada orV.Exc., – o que é permittido pelo regulamento n. 13 de 23 de Abril de 1852.¹³⁶

Note que conforme a citação acima os destinos dos educandos eram determinado pela sua conduta, como já referido anteriormente, os indisciplinados e incorrigíveis eram encaminhados para o serviço militar e os morigerados e laboriosos aproveitados nos departamentos do próprio estabelecimento através de promoções e atribuição de novas funções. Estes não só “recebiam uma certa quantia”¹³⁷ como também as ferramentas necessárias ao exercício do seu ofício.

Quanto aos motivos¹³⁸ que levavam os educandos a deixar o estabelecimento, registrados em seus livros de matricula,¹³⁹ as fontes revelam que entre os principais encontram-se os seguintes:

- O término do tempo de aprendizagem;
- As concessões de guias de saída em caso de doença, indisciplina e inaptidão para a aprendizagem;
- Abandono e fugas
- e os óbitos.

Se confrontarmos essas informações dos relatórios da província com o que determinava o próprio regulamento da Casa, veremos que essas informações não se contradizem, se complementam, se confirmam. Conforme o regulamento estava determinado o seguinte:

¹³⁶Relatório que dirigio o Presidente da província do Piauhy o Exm. Snr. Dr. João José de Pliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de Julho de 1857. Maranhão. Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira. 1857. p. 8

¹³⁷Relatorio que dirigio o Presidente da Provincia do Piauhy, o Exm. Snr. Dr. João J. D'Oliveira Junqueira, á Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de Julho de 1858. Maranhão: Typographia da – Temperança – Impresso por J. Pereira Ramos. 1858. p. 11

¹³⁸Relatorio lido perante a Assembleia Legislativa da Provincia do Piauhy no acto de sua instalação no dia 1º de Julho de 1871 pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Souza Leão. San'Luiz do Maranhão. Typ. – B. de Barros – Imp. Por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871. P. 45.

¹³⁹Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy, Dr. Gervasiocicero de Albuquerque Mello, pelo diretor da Casa de Educandos Artifices, Evaristo Cicero de Moraes, em 2 de Junho de 1873. p. 100

Artigo 4º Para que qualquer indivíduo possa ser despedido da Casa dos Educandos Artífices desta Cidade, cumpre verificar-se.

§ 1º Que se acha afetado de moléstia contagiosa ou incurável.

§ 2º Que é de tal comportamento que não dê esperanças de poder corrigir-se; de que possa prejudicar a disciplina e moralidade do Estabelecimento.

§ 3º Que por sua inaptidão resultante da natureza ou de hábito nada tenha aprendido no espaço de três anos.

§ 4º Que tivessem completado oito anos depois de sua entrada no Estabelecimento, *quatro dos quais terão sido destinados a indenização da Fazenda das despesas feitas com sua educação.*

Artigo 5º Os menores que forem despedidos da Casa dos Educandos Artífices serão entregues a seus pais ou sendo órfãos postos a disposição do juiz para dar-lhes o destino que julgar conveniente.

Excetua-se o caso de terem eles como meio de correção de assentar praça no exército ou na armada nacional e imperial.¹⁴⁰

Em suma, muitos educandos deixavam o estabelecimento por:

Regresso ao lar

Foi assim no caso do senhor Antonio Baptista Lopes Cordeiro que solicitou o desligamento dos menores Marcos e Alexandre “mandados buscar do Maranhão por um seu parente” para estudar no estabelecimento, isso nos induz a pensar que no tempo determinado voltariam para casa, inclusive já mencionamos esse caso antes em para endossar o argumento de que as portas do estabelecimento se abriu a educandos de outras províncias.¹⁴¹

Mudança de região

Identificamos casos em que certos educandos eram obrigados a sair do estabelecimento por que precisavam acompanhar seus pais, responsáveis ou tutores que mudavam para outras regiões ou províncias. É o caso o caso dos educandos Aureliano de Sousa Mendes e Galdino Menezes Frazão que precisavam acompanhar seu pai que estava de mudança para o Maranhão.¹⁴²

Alistamento militar

¹⁴⁰ APEPI. Regulamento da Casa de educandos

¹⁴¹ APEPI – Petição do senhor Antônio Baptista Lopes Cordeiro ao Presidente provincial. Offício nº 137. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

¹⁴² APEPI – Petição do senhor Antônio Lourenço Cavalcante ao Presidente provincial datada de 3/11/1869. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

Há dezenas de casos fora do que determinava o regulamento que reforçam essa ideia. Tanto nos relatórios de províncias quanto nos jornais e manuscritos encontrados no Arquivo Público do Piauí, há muitas referências a educandos que saíram do estabelecimento “Para a armada nacional”, para “assentar praça na companhia de polícia”, ou ainda, “para seguir a carreira das armas”, etc.

Como já foi dito, existiam no estabelecimento medidas disciplinares que visavam regular a vida dos educandos dentro e fora das práticas educacionais do estabelecimento e dependendo do caso isso atingia diretamente a sua permanência na Casa. Veja os exemplos abaixo selecionados:

Em 1866 aconteceu um caso¹⁴³ muito interessante de um educando de nome João José de Araujo que foi encaminhado “a armada nacional” por ter se evadido do estabelecimento. O documento informa que esse educando que havia sido “pegado no caminho que da quivay para o rio Puti” por educandos que ali trabalhavam foi expulso e encaminhado ao serviço militar, pois a sua permanência no estabelecimento prejudicaria a disciplina e a moralidade. Da mesma forma aconteceu a outro educando, ex-agente do estabelecimento, por ter cometido crime de reincidência na prática de atos imorais previsto no artigo 88 do regulamento da casa. Abusando do cargo que exercia, castigou “sob pretextos frívolos a um seo inferior”. Por esta atitude reprovável foi considerado indigno e perigoso para o estabelecimento e para o convívio com seus pares. Como punição a diretoria do estabelecimento recomendou ao Dr. José Manoel Espindola Junior, 1º vice-presidente da província, a sua exclusão e recrutamento.¹⁴⁴

Semelhantemente, encontramos nos relatórios dos presidentes da província registros de casos de educandos que foram desligados do estabelecimento e encaminhados ao serviço militar. O relatório de 5/11/1867¹⁴⁵ relata dessa forma asbaixas por mau comportamento de alguns educandos: “Devem seguir no primeiro vapor, com destino ao serviço da marinha, alguns educandos, que commetterão graves faltas contra a disciplina do estabelecimento e respeito devido ao seu diretor”.

¹⁴³ APEPI – Ofício da diretoria dos educandos ao Presidente provincial datado de 17/03/1866. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

¹⁴⁴ APEPI – Ofício da diretoria dos educandos ao Presidente provincial datado de 16/12/1870. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

¹⁴⁵ Piauí (Província) Presidente (Luna Freire) Relatório ...5 Nov. 1867. Inclui anexos. Publicado como anexo do ofício. 9 Nov. 1867.

No relatório de 27/02/1872 o Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão registrou com as seguintes palavras as razões que motivaram a saída de educandos do estabelecimento:

Do 1º de Junho do anno passado até o presente sahiram do estabelecimento sete educandos, sendo um por ter pedido para assentar praça na companhia policial, um por incorrigível, que mandei alistar na companhia de aprendizes marinheiros do Maranhão e cinco por haverem completado o tempo de aprendizagem”.¹⁴⁶

E na fala “sutil”¹⁴⁷ e crítica do presidente da província Gervasio Cicero de Albuquerque Mello¹⁴⁸, podemos identificar para além dos motivos acima mencionado que explicam as razões e o destino dos ex-educandos – ora para viver dos ofícios que aprenderam ora alistando-se no exército – a finalidade primária da educação que receberam aqueles que frequentaram aquela instituição, a saber, a formação da cidadania, a regeneração familiar e especialização do trabalho, tudo isso, é claro, dentro dos moldes do Estado.

Havia educandos que manifestava de si mesmo o desejo de alistarem-se, mas nem sempre tinham a mesma sorte de conseguirem a dispensa do estabelecimento. É o caso dos educandos Teodoro José Pereira¹⁴⁹, Antonio Alves de Carvalho¹⁵⁰ e Francisco Antônio dos Santos¹⁵¹ que solicitaram desligamento, mas pelo menos no caso de Teodoro José Pereira o pedido não foi atendido¹⁵² por considerar a diretoria da Casa de educandos sua saída prejudicial ao estabelecimento, pois se tratava de alguém adiantado nos estudos e que se destacava na oficina de marceneiro e na banda de música.

Para as oficinas

¹⁴⁶Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 4º Vice-presidente tenente-coronel José Amaro Machado no dia 27 de Fevereiro de 1872. Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. Por M. F. V. Pires. 1872. p. 33

¹⁴⁷ CASTRO, 2007, p. 97. Expressão utilizada por César Augusto Castro para se referir à maneira sutil como Albuquerque Mello propôs o fim da Casa de educandos do Piauí.

¹⁴⁸Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 18 de Julho de 1873 pelo Presidente da Província Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Melo, Maranhão. Typ. do Paiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873. p. 24.

¹⁴⁹ APEPI. Petição do educando Teodoro José Pereira ao presidente provincial datada de 21/09/1871. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

¹⁵⁰Relatório com que o Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º vice-presidente da Província do Piauí entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Presidente Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello no dia 22 de Fevereiro de 1873. Therezina: typ. da Pátria – Praça d’Aquadaban. 1873. p. 5.

¹⁵¹ APEPI. Petição do educando Francisco Antonio dos Santos ao presidente provincial datada de 24/03/1871. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

¹⁵² APEPI. Ofício da diretoria do estabelecimento de educandos enviado ao presidente provincial dando o parecer sobre a petição do educando Teodoro José Pereira, datada de 19/09/1871. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

Outros, como já mencionado, “pelo seu aproveitamento e bom comportamento” eram utilizados como mestres ou contra mestres das oficinas do estabelecimento¹⁵³.

Óbito

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Referido em 30 de Março de 1864.

Comunico a Vossa Excelência que faleceu hoje no Hospital da Santa Casa de Misericórdia onde estava sendo tratado, o educando Cassianno Pereira da Cruz, Contra mestre da oficina de tanoeiro. Foi uma perda bastante sensível, nem só por que era um dos mais adiantados, e que pelo seu trabalho já ia ajudando os rendimentos deste estabelecimento, como por que era exemplar por sua boa conduta moralidade e amor ao trabalho.

Deus guarde a vossa Excelência

Diretoria do estabelecimento de educandos em Teresina 23 de Março de 1866.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Diretor Antonio de Sampaio Almendra

Digno Vice presidente da província.

O Diretor

Raimundo Sizinio Lima Almeida¹⁵⁴

O manuscrito transcrito acima relata o caso de um educando que faleceu no hospital da santa casa de misericórdia e por quem se lamenta a perda. O relaciono aqui como demonstração e reforço de alguns argumentos que tentamos desenvolver nesse trabalho. Avalie nesta nota de pesar pela morte do educando Cassianno Pereira da Cruz, datada de 23 de Março de 1864 e enviada pelo diretor do estabelecimento, o capitão Raimundo Sizinio de Lima e Almeida ao atual vice-presidente da província, Dr. Antonio de Sampaio Almendra que ela resume em poucas linhas algumas das questões importantes que procuramos abordar aqui: primeiro, o documento deixa claro que pelo bom êxito e aproveitamento dos seus estudos ele havia sido contratado como contra-mestre da oficina de tanoeiro, o que confirma que os alunos disciplinados e que assimilavam bem os princípios educacionais da Casa tinham melhor sorte que os incorrigíveis; segundo, o lamento por sua perda está relacionado diretamente à sua conduta exemplar e ao trabalho, ou seja, tratava-se de fato de um educando

¹⁵³Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Presidente da província do Piauh, Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, pelo diretor da Casa de educandos artífices, Evaristo Cicero de Moraes, em 2 de Junho de 1873. p. 99.

¹⁵⁴APEPI – Ofício da diretoria do estabelecimento de educandos enviado ao presidente provincial informando o falecimento do educando Cassianno Pereira da Cruz, datado de 30/03/1864. Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.

que pertenceu à classe dos “operários morigerados e laboriosos” que não apenas ajudava nos rendimentos do estabelecimento como representava o ideal de cidadão pensado e preparado pelas autoridades locais por meio da educação para o desenvolvimento e progresso da província do Piauí – um indivíduo amigo e amante do trabalho.

4. CONCLUSÃO

O estado de pobreza da população que compunha a sociedade piauiense oitocentista e a carência de mão-de-obra especializada em conexão com a criação do Estabelecimento de educandos na província do Piauí foi o mote privilegiado por esta pesquisa. Buscamos salientar o contexto socioeconômico no qual emergiu o estabelecimento de educando do Piauí afim de explicar não apenas as origens de sua criação como também mostrar, do ponto de vista oficial, a sua contribuição e importância para a solução dos problemas de ordem social e econômica da província. Como demonstrado, no século XIX a província do Piauí sofria com problemas que herdou do processo econômico deficiente instaurado no século XVIII e que produziu entre outras mazelas sociais varias faces da pobreza: opressão, marginalidade, exclusão social.

Sobre a capa do sentimento de “misericórdia” o governo provincial na pessoa (s) de (s) seu (s) representante (s) buscou resgatar da miséria por meio da Casa de educandos meninos pobres filhos de pais desvalidos. Sujeitos que viviam a margem da sociedade, em precárias condições de vida e que se atiravam constantemente aos vícios e ao crime. Verdadeiros excluídos sociais. Por trás de suas intenções de promover o desenvolvimento e progresso da província, dos ideais de civilidade, estava o desejo de manutenção da ordem e do controle social e nada mais apropriado que a criação de uma instituição pública que funcionando em regime de internato ofertasse instrução e a especialização do trabalho aos filhos pobres da província.

A pesquisa também privilegiou as ações públicas do governador Zacarias de Góis e Vasconcelos, idealizador do projeto de criação da Casa como marco das mudanças em termos de educação e especialização do trabalho na província. A partir de suas políticas públicas a província começa a experimentar pequenos surtos de desenvolvimento e progresso principalmente em Oeiras capital da província, embora em relação a outras províncias do império tenha permanecido em termos econômicos em desvantagem por muito tempo.

Tão logo se instalou o estabelecimento de educando no Piauí, deu-se início a obra de regeneração social do homem por meio da combinação perfeita entre educação e trabalho. Todos os presidentes que vieram após a administração de Góis e Vasconcelos mantiveram os mesmo objetivos em relação à Casa de educandos: a ressocialização de crianças pobres e sua inserção no mundo do trabalho. Finalidade para qual lhe serviram muito bem o colégio de educandos.

Mesmo diante das dificuldades e desafio de traçar um perfil do corpo discente do estabelecimento, buscou-se analisar o corpo de educandos do estabelecimento mostrando que, para além do que o seu regulamento determinava sobre os pré-requisitos para o ingresso dos alunos, a política do favorecimento político possibilitou a existência de casos extraordinários com respeito à admissão de alunos naquela instituição. Vimos casos de indivíduos que preenchiam satisfatoriamente as exigências do regulamento e casos de pessoas que não correspondiam às expectativas. Diante dessa constatação de um corpo discente em sua maioria constituído por pessoas de baixa renda ou de renda nenhuma e que não podiam sequer custear as despesas com a própria educação e formação, identificamos casos opostos a essa realidade que confirmam uma certa miscigenação de grupos sociais distintos e consideramos como satisfatório esse resultado obtido.

Era também propósito desse trabalho sublinhar as razões dos desligamentos e o destino dos educandos após deixarem o estabelecimento. Constatamos que o término do tempo de aprendizagem; as concessões de guias de saída em caso de doença, indisciplina e inaptidão para a aprendizagem; abandono e fugas e os caso de morte e alistamento militar destacam-se entre os principais motivos do desligamento. Muitos eram utilizados como mestres ou contramestres das oficinas no próprio estabelecimento em caso de bom êxito no aproveitamento do tempo de estudos, enquanto que outros, os incorrigíveis e indisciplinados, eram encaminhados ao serviço da Marinha no sul da província. Quem eram, de onde vinham e para onde iam esses sujeitos ao se desligarem da Casa de educando do Piauí é um objetivo que também consideramos alcançado. Contudo, as possibilidades de estudo histórico nunca se esgotam, por isso não damos por encerrada essa etapa da pesquisa sobre o estabelecimento de educandos artífices do Piauí, a temos a penas na conta de satisfatória para a problemática suscitada e os objetivos que nos propomos alcançar.

FONTES

1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – APEPI

- Palácio da Presidência. Estabelecimento de Educandos Artífices. Anos: 1851-1871. Caixa sem numeração.
- Livro de Registro de Ofícios da Presidência. Anos: 1851-1854. SPE. Cód. 757. Estn. 07. Prat. 01.

2. RELATÓRIOS

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, DA UNIVESIDADE DE CHICAGO/EUA:

[HTTP://WWW.CRL.EDU/PT-BR/BRAZIL](http://www.crl.edu/pt-br/brazil)

- Relatório do Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Agosto de 1845. Oeiras. Na Typographia Provincial.
- Relatório de Presidente da Província do Piauí na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 11 de Julho de 1846. Oeiras, na Typographia Provincial.
- Relatório que dirigio o Exmº Presidente da Província o Piauí Zacarias de Goes e Vasconcelos á Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de Julho de 1847. Oeiras na Typographia Provincial.
- Relatório do Vice-Presidente da Província do Piauí, na abertura da sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 7 de Julho de 1848. Oeiras, impresso na Typ. Provincial.
- Relatório que á Assembleia Legislativa da Província do Piauí apresentou, na sessão ordinaria de 1850, o Ex.º Sr. Presidente da Província Ignacio Francisco Silveira da Mota. Oeiras do Piauí. Na Typ. Saquarema, 1850.
- Relatório a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí, pelo EXmº Senhor vice-Presidente da Província, Luiz Carlos de Paiva Texeira, na sessão aberta em o 1º de Julho de 1853. Teresina, em casa de João da Silva Leite, Rua Grande, nº [ilegível].
- Fala com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinaria da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão. Typ. do Observador de F. M. de Almeida. Rua do Sol, 38, 1854. Ver mapparecopilatorio dos julgamentos proferidos pelo jury da província do Piauí no anno de 1853.
- Fala com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Julho de 1854. Maranhão: Typ. do observador de F. M. de Almeida. Rua do Sol nº 38. 1854.

- Relatório do Presidente da Província do Piauí, Dr. Frederico D'Almeida de Albuquerque, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. do Progresso, San Luiz, San Luiz. 22/09/1856.
- Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauí O Exm. Snr. Dr. João José de Oliveira Junqueira á Assembleia Legislativa Provincial aos 2 de Julho de 1857. Maranhão, Typographia – Constitucional – de I. José Ferreira.
- Relatório que dirigio o Presidente da Província do Piauí, o Exm. Snr. Dr. João J. D'Oliveira Junqueira a Assembleia Legislativa Provincial, no 1º de Julho de 1858. Maranhão: Typographia – Temperança – Impreso por J. Pereira Ramos.
- Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí Dr. Antônio Corrêa do Couto passou a administração ao Exm. Vice-presidente o Commendador Ernesto José Baptista no dia 27 de Junho de 1859. Therezina, Typ. Constitucional, de J. da S. Leite. – Rua Grande, nº [ilegível].
- Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí, Dr. Diogo Velho Cavalcante D'Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Vice-presidente, Coronel Ernesto José Baptista. No 16 de maio de 1860. Therezina Typographia constitucional de J. da S. Leite, p. 9.
- Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo passou a administração ao Exm. Vice-presidente, Dr. Joze Marianno Lustoza do Amaral no dia 15 de Abril de 1861. Therezina – Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Vicotiano Marques.
- Relatório com que o Ex. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Antonio de Britto Souza Gayozo abriu a Assemblêa Legislativa Provincial. No dia 13 de Julho de 1861. Terzinha. Typografia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1861.
- Relatório que o Exm. Presidente da Província do Piauí Dr. José Fernandes Moreira, apresentou a' Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da sua instalação no dia 10 de Novembro de 1862. Therezina. Typographia Constitucional, Rua Grande.
- Piauí (Província) Presidente (Fernandes Moreira) Relatório.....1 Jul. 1863. Inclui anexos. Publicado como anexo do relatório de 4 Dez. 1863.
- Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Pedro Leão Vellozo passou a administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. 2º Vice-presidente Dr. Antonio de Sampaio Almendra no dia 4 de Dezembro de 1863. Therezina Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques. 1864.
- Relatório com que o 2º vice-presidente da Província, Dr. Antonio de Sampaio de Almendra, passou a administração da mesma ao Exm. Presidente Franklin Americo de Menezes Doria no dia 28 de Maio de 1864, Typographia – Progressista – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1865.

- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de Julho 1864, pelo Presidente da Província Franklin Americo de Menezes Doria. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. [1864]
- Relatório apresentada á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de Julho de 1865 pelo Presidente da província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 3. 1865.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de Julho de 1866 pelo Presidente da província, o Exm. Snr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, Rua da Paz, 7. 1866.
- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauí, no dia 09 de Setembro de 1867, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire. San'Luiz do Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7. 1867.
- Piauí (Província) Presidente (Luna Freire) Relatório.....5 Nov. 1867. Inclui anexos. Publicado como anexo do officio. 9 Nov. 1867.
- Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Polidor Cezar Burlamaque, Presidente da Província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas, segundo vice-presidente. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 7, 1868. (02/05/1868).
- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauí, no dia 21 de Julho de 1868 pelo segundo vice-presidente, o Exm. Snr. Dr. José Manoel de Freitas. Maranhão Typ. de B. Mattos, rua da Paz, 1868.
- Relatório com o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes Castro passou a administração d'esta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande, nº 21, 1869.
- Relatório com o Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão. Typographia de José Mathias, Rua Grande, nº 21, 1869. (Ver relatório do inspetor da administração da fazenda provincial, Odorico Brazilino D'Albuquerque Roza, p. 2).
- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauí, no dia 1º de Novembro de 1869 pelo vice-presidente da Província o Exm. Senr. Coronel Thetonio de Souza Mendes. San'Luiz do Maranhão. Typ. B. de Mattos, Rua da Paz, 6 e 7. Imp. Por M. F. Pires, 1870.
- Relatório com que o Excelentissimo Senhor Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao Excelentissimo Senhor 1º Vice-presidente Dr. Manoel José Espinola Junior, no dia 7 de Maio de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. Por M. F. Pires, [1870]. (Ver relatório do Director Geral da Administração Pública e MappasAnexos, p. 14).

- Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Provincia do Piauhy no acto de sua installação no dia 1º de Julho de 1871, pelo Presidente da mesma, o Exm. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão. San'Luiz do Maranhão. Typ. – B. de Mattos – Imp. Por J. L. C. Barbosa. Rua da Paz, 5 e 7. 1871.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão passou a administração da Província do Piauhy ao Exm. Sr. 4º Vice-presidente Tenente-coronel José Amaro Machado no dia 27 de Fevereiro de 1872. Maranhão. Typ. doPaiz. Imp. Por M. F. [V]. Pires. 1872.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Pedro Affonso Ferreira entregou a administração da Provincia do Piauhy ao Exm. Sr. coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º Vice-presidente no dia 1º de Fevereiro de 1873. Therezina: Typ. daPatria. – Praça d'Aquidaban [1873].
- Relatório com que o Exm. Sr. Coronel José Francisco de Miranda Osorio, 6º vice-presidente da Provincia do Piauhy entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Presidente Dr. Gervasio Cicero d'Albuquerque Mello no dia [22] de Fevereiro de 1873, Therezina: typ. daPatria – Praça d'Aquidaban. [1873].
- Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Piauhy, no dia 18 de Julho de 1873 pelo Presidente da Provincia Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Melo, maranhão. Typ. doPaiz. Imp. M. F. V. Pires. 1873.
- Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da província do Piauhy, Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, pelo diretor da Casa de educandos artífices, Evaristo Cicero de Moraes, em 2 de Junho de 1873. p. 99.
- Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Provincia do Piauhy, Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, pelo diretor da Casa de Educandos Artifices, Evaristo Cicero de Moraes, em 2 de Junho de 1873.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervasio Cicero de Albuquerque Melo passou a administração da Provincia do Paiuhy ao Exm. Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins, no dia de 27 de Abril de 1874.

2. JORNAIS

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL - [HTTP://MEMORIA.BN.BR/HDB/UF.ASPX](http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx)

- A IMPRENSA – 1865-1899.
- O ESCHOLATICO – 1849-1850
- O PIAUHY – 1869-1873

3. DICIONÁRIOS

MARQUES, Cesar Augusto. Dicionario Historico, Geographico, Topographico e Estatico da Provincia do Maranhão, por Cezar Augusto Marques. Maranhão. José Maria Correa de Frias, Editor. Á venda em sua livraria, typographia e encadrnação, rua da Palma, nº 7, e nas principaes livrarias do império. 1864. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=147taWNPeDgC&pg=PA134&lpg=PA134&dq=educandos+art%C3%ADfices&source=bl&ots=jTHoIS6T6c&sig=S4ua7Y9Sha63LIH4m0RxRP7oLpE&hl=pt-BR&sa=X&ei=dsqDVPiZGuresASb7YCICw&ved=0CCMQ6AEwATgK#v=onepage&q=educandos%20art%C3%ADfices&f=false>>

PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Genimar Machado Resende de. Escravizados da nação e educandos artífices nas obras públicas para a construção de Teresina (1850-1873). Dissertação de Mestrado/UFPI. Teresina, 2013.
- CASTRO, César Augusto. A educação de crianças pobres e desvalidas na província do Piauí: casa dos educandos artífices. 2006. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt10/GT10_2006_02.PDF
- CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luis: EdFUNC, 2007.
- COSTA FILHO, Alcebiades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- COSTA, F. A. P. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.
- DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia: com um estudo da obra de Durkheim, pelo prof. Paul Fauconnet. Trad. Lourenço Filho, 11ª ed., Melhoramentos/MEC, São Paulo: 1978.
- FERRO, Maria do Amparo Borges. Educação e sociedade no Piauí republicano. Teresina, 1996.
- NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. 2. ed. Vol. IV. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- RÊGO, Ana Regina Barros Leal. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- REIS, Amada de Cássia Campos. História e memória da educação em Oiras-Piauí. Dissertação de mestrado, UFPI, Teresina, 2006.
- RIZZINI, Irma. O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial / Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.
- SOUSA NETO, Marcelo de. Entre Vaqueiros e Fidalgos: Sociedade, Política e Educação no Piauí (1820-1850). Tese (Doutorado em História). UFPE, Recife, 2009.
- SOUZA, Priscila de Moura. “Trôpegos passos”: a instrução no Piauí dos oitocentos. III Simpósio de História do Maranhão oitocentista: impressos no Brasil do século XIX, 2013. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/49.pdf> > Acesso em: 20 de Fev de 2014.
- VIEIRA, Maria Alveni de Barros. A educação escolar das crianças no Piauí (1730-1859). Teresina: EDUFPI, 2013.

Termo de autorização para publicação digital na biblioteca José Albano de Macedo.**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"****Identificação do Tipo de Documento**

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
() Artigo

Eu, ROBSON DE LIMA FERNANDES,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ (1845-1873):
EDUCAÇÃO E TRABALHO
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 23 de OUTUBRO de 2015.

Robson de Lima Fernandes
Assinatura

Assinatura